

PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA



2005

SUMÁRIO

Apresentação	5
Destaques do Período	6
Receitas	7
Despesas	8
Déficit Orçamentário	9
Diagrama da Receita e da Despesa	11
Origens e Comprometimento de Recursos Orçamentários	13
De onde vem o dinheiro?	14
Para onde vai o dinheiro?	15
Demonstrativo de Origens e Comprometimento de Recursos	16
Déficit Orçamentário	17
Evolução da Disponibilidade de Caixa	18
Origens e Comprometimento da Receita Orçamentária	19
Receita Prevista X Receita Arrecadada	20
Receita arrecadada no período de 2001 a 2005	21
Composição da Receita Tributária	22
Composição das Transferências Correntes da Administração Direta	23
Comportamento da Arrecadação do ISS	24
Comportamento da Arrecadação do IPTU	25
Comportamento da Transferência da Cota-Parte do ICMS	26
Evolução das Receitas Correntes e de Capital	27
Origens e Comprometimento da Despesa Orçamentária	28
Despesa Fixada X Despesa Realizada	29
Despesa realizada no período de 2001 a 2005	30
Composição e Evolução da Despesa Corrente	31
Composição e Evolução da Despesa de Capital	32
Despesa por Órgão	33
Despesa por Função de Governo	35
Composição	36
Evolução Anual	37
Participação Percentual	38
Aplicação de Recursos de Programas de Trabalho Relativos a Projetos	39
Limites Máximos e Mínimos Previstos na Legislação	40
Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	41
Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde	42
Despesa com Pessoal	43
Demonstrativos Contábeis	44
Introdução	45
Balanço Orçamentário	46
Balanço Financeiro	48
Balanço Patrimonial	49
Disponibilidades	50
Composição da Suficiência de Caixa da Prefeitura	51
Metas Fiscais	53
Receita Corrente Líquida	54
Resultado Primário	55
Dívida Consolidada Líquida	56
Gastos com Amortização, Juros e Encargos da Dívida	57

PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA - 2005

APRESENTAÇÃO

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro vem se empenhando para aprimorar continuamente os programas e atividades desenvolvidas pela instituição como um todo. Suas atividades meio e fim contribuem mutuamente para o desenvolvimento e a prosperidade de nossa municipalidade. Por meio da diversificação das formas de disseminação das contas públicas municipais, se demonstra todo o esforço em promover a transparência da gestão pública responsável, em atender aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e, principalmente, prestar contas ao contribuinte.

Coerentemente com a defesa que se faz da necessidade de transparência no setor público e em atendimento a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro – art. 97, o qual determina que as contas do Município fiquem anualmente à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, a Prefeitura do Rio de Janeiro considera indispensável demonstrar em que se constituem e como se desdobram suas próprias atividades, numa *Prestação de Contas Simplificada*.

A *Prestação de Contas Simplificada* enfatiza a necessidade da contabilidade assumir seu papel social, fornecendo informações gerenciais claras, objetivas e adequadas às necessidades do cidadão, promovendo assim a qualidade e o entendimento das informações prestadas.

Este relatório contém características especiais, pois inclui a movimentação e transações sob o comando da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Objetivando a transparência da gestão pública municipal e utilizando dados extraídos do Sistema Contábil, a Controladoria Geral do Município – CGM demonstra de forma simples de onde vêm e como são utilizados os recursos públicos da Cidade do Rio de Janeiro e que tipos de ações e contribuições oferecem à sociedade. Os dados apresentados referem-se aos exercícios de 2001 a 2005. Sob esse aspecto, é fundamental a apresentação de alguns destaques que evidenciem a situação econômica, patrimonial e financeira do Município do Rio de Janeiro.

Com observações, enfatizamos o aspecto da prática efetiva do “*accountability*”, que decorre da obrigatoriedade de prestação de contas, sendo dever dos governos identificar o custo integral de suas ações – incluindo todos os gastos aplicados nas ações do Governo. Não basta transformar o orçamento em um instrumento transparente, quando discutido, de modo legítimo, com a participação da sociedade, se a prestação de contas ao cidadão não for um documento simples e de fácil compreensão.

DESTAQUES DO PERÍODO

RECEITAS

- A inflação acumulada no período de janeiro a dezembro de 2005, apurada pelo IPCA-E, foi de 5,88%. Destacamos este índice pois o mesmo serve de referência para correção de tributos municipais.

- A Receita Total acumulada em 2005 foi de MR\$ 7.811.186; comparada com 2004 (MR\$ 7.822.512), trouxe um decréscimo nominal da arrecadação de MR\$ 11.326, significando uma redução percentual de 0,14%. As subcategorias que sofreram maior decréscimo foram as Transferências Correntes (4,31%) e as Operações de Crédito (60,82%).

- Entre as receitas que mais se destacaram em incremento nominal, temos: Rendimentos de Títulos Públicos Federais (MR\$ 283.177) e ISS (MR\$ 179.537).

- Do total das receitas arrecadadas, 98% são Receitas Correntes e os 2% restantes Receitas de Capital.

- O ISS vem crescendo nominalmente em arrecadação de ano para ano. Esta situação se manteve de 2004 para 2005, quando houve um crescimento nominal de MR\$ 179.537, que corresponde a uma variação percentual de 13,56%.

- No período de 2001 a 2004, o comportamento da arrecadação do IPTU apresentava, além do crescimento nominal, uma curva ascendente na participação percentual. De 2001 para 2002, o crescimento percentual foi de 12,42%; de 2002 para 2003, 13,64% e de 2003 para 2004, 14,69%. Embora de 2004 para 2005 tenha ocorrido também crescimento nominal, a participação percentual caiu para 7,91%.

- As Transferências Correntes apresentaram um decréscimo de 4,31% em relação ao ano anterior. Embora as rubricas de Transferências do Estado, de Convênios e Outras Transferências Correntes tivessem um aumento nominal de MR\$ 130.562 (9,88%), MR\$ 24.898 (128,61%) e MR\$ 35.737 (5,53%), respectivamente, estes aumentos não foram suficientes para manter o grupo Transferências Correntes no mesmo patamar de 2004, já que as Transferências da União sofreram uma redução de MR\$ 326.177 (28,41%) devido à significativa redução dos recursos destinados à saúde, notadamente no que tange à Gestão Plena.

- As Receitas de Capital apresentaram decréscimo pelo segundo ano consecutivo. No exercício de 2004 houve uma queda, em valores nominais, de MR\$ 128.408. Essa queda deve-se, principalmente, ao Governo do Estado ter quitado sua dívida com o Município no ano de 2003. Já em 2005, a queda de MR\$ 94.360 deve-se, basicamente, à redução do ingresso de recursos referentes a Operações de Crédito Externas, em especial em face do término do contrato PROAP II decorrente de contrato de financiamento celebrado entre a Prefeitura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

DESPESAS

- No exercício de 2005, o total da Despesa Empenhada foi de MR\$ 7.821.735. Em relação ao ano anterior, quando totalizou MR\$ 7.493.598, a despesa aumentou MR\$ 328.137 nominalmente ou 4,38%.
- Em 2005, a Despesa Total com Pessoal e Encargos Sociais cresceu 9,39%, correspondendo a MR\$ 371.623, mantendo-se dentro dos limites permitidos por lei.
- As despesas com Investimentos sofreram um decréscimo de 23,06%, ou seja, MR\$ 167.019, devido, principalmente, à queda ocorrida em obras e instalações de 29,59%, ou seja, MR\$ 166.795.
- Destacamos também a despesa com Amortização da Dívida, que cresceu MR\$ 28.002, ou seja, 12,36% e as Inversões Financeiras, que aumentaram MR\$ 51.446, alcançando 144,93%.
- As despesas ficaram divididas da seguinte forma: 89% em Despesas Correntes e 11% em Despesas de Capital.
- As Despesas Correntes em 2005 cresceram 6,39%, enquanto que as Despesas de Capital diminuíram 8,88%.
- As despesas efetuadas nas funções de governo “Assistência e Previdência”, “Educação e Cultura”, “Saúde e Saneamento”, “Administração e Planejamento” e “Habitação e Urbanismo” representaram, respectivamente, 23%, 22%, 17%, 17% e 13% do total da despesa empenhada no exercício de 2005.
- Para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, o limite definido pela Constituição de 1988 é de 25%. Entretanto, no Município do Rio de Janeiro, foram empenhadas despesas que representam 25,66% da receita líquida, atendendo assim o art. 212 da Constituição Federal e a Emenda Constitucional nº 14 de 12/09/1996.

DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

Confrontando-se a Receita Arrecadada até dezembro/2005 (MR\$ 7.811.186) com a Despesa Empenhada no mesmo período (MR\$ 7.821.735), apurou-se um Déficit Orçamentário de MR\$ 10.549.

Em 2000 e 2001, a Prefeitura apurou superávits orçamentários; em 2002 e 2003, apurou déficits, voltando a apresentar superávit em 2004; agora, em 2005, tornou a apurar novo déficit. Esta alternância entre situações superavitárias e deficitárias não é fator relevante na gestão pública, pois o objetivo do poder público municipal não é apresentar superávits ao longo dos exercícios. A relação entre a Prefeitura e o cidadão enfatiza que os recursos arrecadados na sociedade deverão retornar para a mesma. Dessa forma, a médio e longo prazo, os déficits apurados encontram-se amparados pelos superávits.

A Prefeitura terminou o ano com uma disponibilidade financeira no montante de MR\$ 2.693.696, sendo deste total MR\$ 1.728.990 do regime previdenciário (o que envolve tanto o FUNPREVI quanto o PREVI-RIO) e os restantes MR\$ 964.706 de todos os outros órgãos da Prefeitura, incluindo o Tesouro.

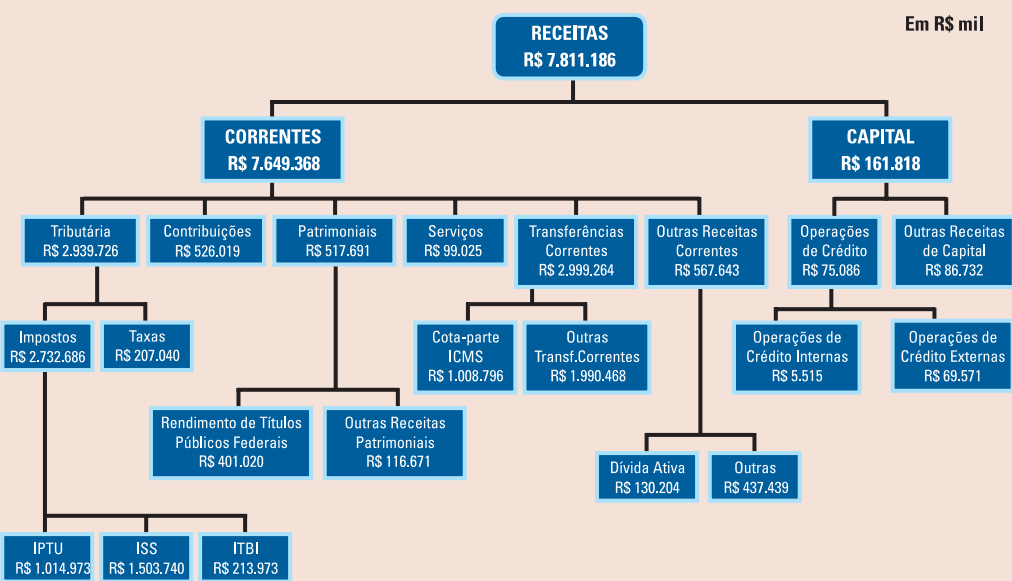
Sobre esta disponibilidade, pesa o Passivo Financeiro da ordem de MR\$ 1.098.831, incluindo Restos a Pagar Não Processados, revelando uma suficiência de caixa da ordem de MR\$ 1.594.865.

DIAGRAMA DA RECEITA E DA DESPESA

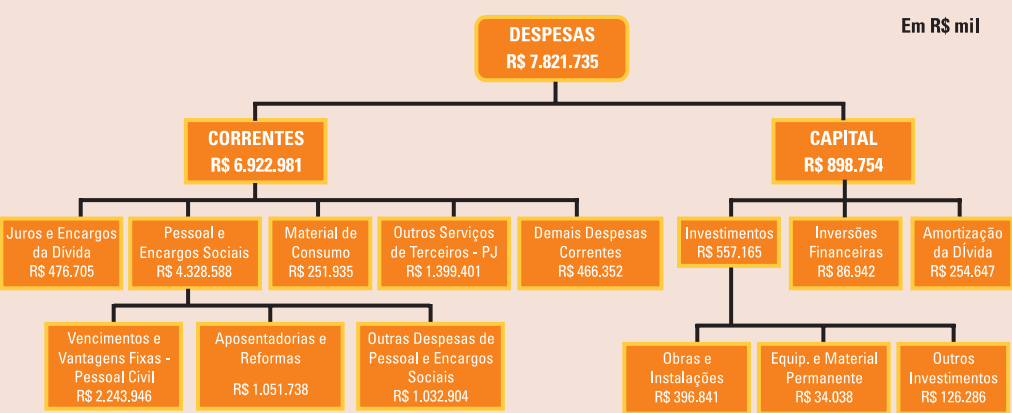
DIAGRAMA DA RECEITA E DA DESPESA

A execução orçamentária do exercício de 2005 considera as Receitas Arrecadadas e as Despesas Empenhadas de todos os órgãos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, incluindo a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA EM 2005 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA EM 2005 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA



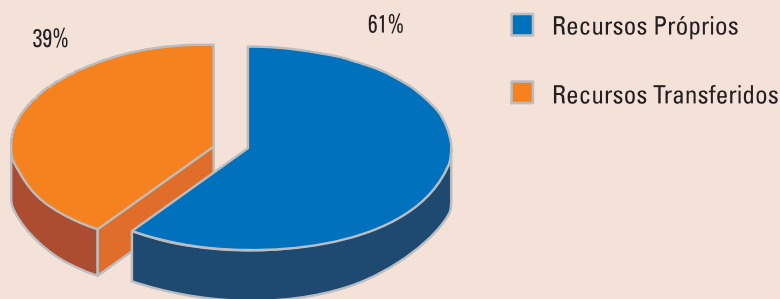
ORIGENS E COMPROMETIMENTO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

ORIGENS E COMPROMETIMENTO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Nos gráficos a seguir é demonstrado, em percentuais, o comportamento das principais fontes de recursos do Município, bem como as aplicações efetuadas por função de governo. O grau de independência financeira do município, ou seja, o quanto as receitas próprias representam do total da receita arrecadada encontra-se na ordem de 61% em 2005. Esta posição alterou-se levemente em relação ao ano de 2004, onde as receitas próprias estavam em 60% do total arrecadado, o que significa que o Município se vale mais de suas próprias fontes do que da transferência de outras esferas de governo e credores.

DE ONDE VEM O DINHEIRO ?

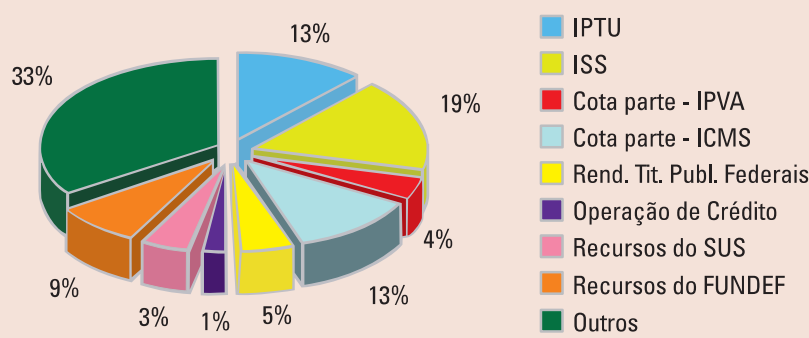
RECEITA POR ORIGEM DE RECURSOS



Receita por Origem de Recursos		
Item	Valor	%
Recursos Próprios	4.807.250	61
Recursos Transferidos	3.003.936	39
Déficit Orçamentário	10.549	0
Total	7.821.735	100

Em R\$ mil

RECEITA POR RUBRICA

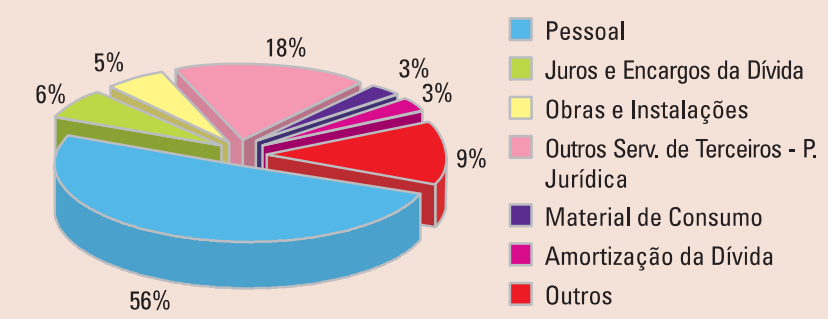


Receita por Rubrica		
Item	Valor	%
IPTU	1.014.973	13
ISS	1.503.740	19
Cota parte - IPVA	279.083	4
Cota parte - ICMS	1.008.796	13
Rend. Tit. Publ. Federais	401.020	5
Operação de Crédito	75.086	1
Recursos do SUS	277.831	3
Recursos do FUNDEF	681.275	9
Outros	2.569.382	33
Déficit Orçamentário	10.549	0
Total	7.821.735	100

Em R\$ mil

PARA ONDE VAI O DINHEIRO ?

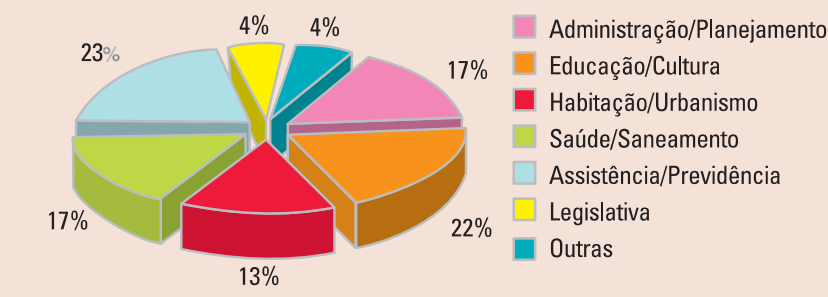
DESPESA POR NATUREZA



Despesa por Natureza		
Item	Valor	%
Pessoal	4.328.588	56
Juros e Encargos da Dívida	476.705	6
Obras e Instalações	396.841	5
Outros Serv. de Terceiros - P. Jurídica	1.399.401	18
Material de Consumo	251.935	3
Amortização da Dívida	254.647	3
Outros	713.618	9
Total	7.821.735	100

Em R\$ mil

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO



Despesa por Função de Governo		
Item	Valor	%
Administração/Planejamento	1.332.019	17
Educação/Cultura	1.719.524	22
Habituação/Urbanismo	1.019.949	13
Saúde/Saneamento	1.324.746	17
Assistência/Previdência	1.788.309	23
Legislativa	296.181	4
Outras	341.007	4
Total	7.821.735	100

Em R\$ mil

Nota: O conceito de despesa na Função Educação e Cultura não é o mesmo utilizado com “Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino” que pode ser acompanhado na página 41.

DEMONSTRATIVO DE ORIGENS E COMPROMETIMENTO DE RECURSOS

No quadro abaixo, faz-se uma comparação da Receita Arrecadada (própria e transferida) com a Despesa Empenhada classificada por Função de Governo. As despesas realizadas nas funções de governo representam a atuação da Administração Municipal no desenvolvimento das políticas públicas estabelecidas na Lei de Orçamento.

Embora a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, adotada na Prefeitura a partir do exercício de 2002, tenha desmembrado as funções do governo, para efeito de comparabilidade nos últimos cinco anos, foram mantidas nesta prestação de contas as funções definidas pela Portaria nº. 117 de 12 de novembro de 1998.

No ano de 2005, a Função de Governo com maior aplicação nominal foi “Assistência e Previdência” representando 23% do total, seguida de “Educação e Cultura”, “Administração e Planejamento”, “Saúde e Saneamento” e “Habitação e Urbanismo”, respectivamente com 22%, 17%, 17% e 13% do total.

Deve-se esclarecer que é na função “Administração e Planejamento” que são classificados gastos gerais de custeio e manutenção, bem como encargos e amortização da Dívida Interna e Externa; gastos com Previdência Social de Pensionistas e Inativos, dentre outros.

Receita Arrecadada	Valor	%
Recursos Próprios	4.807.250	62
Receita Tributária	2.939.726	38
IPTU	1.014.973	13
ISS	1.503.740	19
ITBI	213.973	3
Outras Receitas Tributárias	207.040	3
Rend. Títulos Públicos Federais	401.020	5
Operações de Crédito	75.086	1
Outras Recursos Próprios	1.391.418	18
Recursos Transferidos	3.003.936	38
Sistema Único de Saúde - SUS	277.831	3
FUNDEF	681.275	9
Cota-parte IPVA	279.083	4
Cota-parte ICMS	1.008.796	13
Outros Recursos Transferidos	756.951	9
Total da Receita	7.811.186	100
Déficit Orçamentário	10.549	0
Total Geral	7.821.735	100

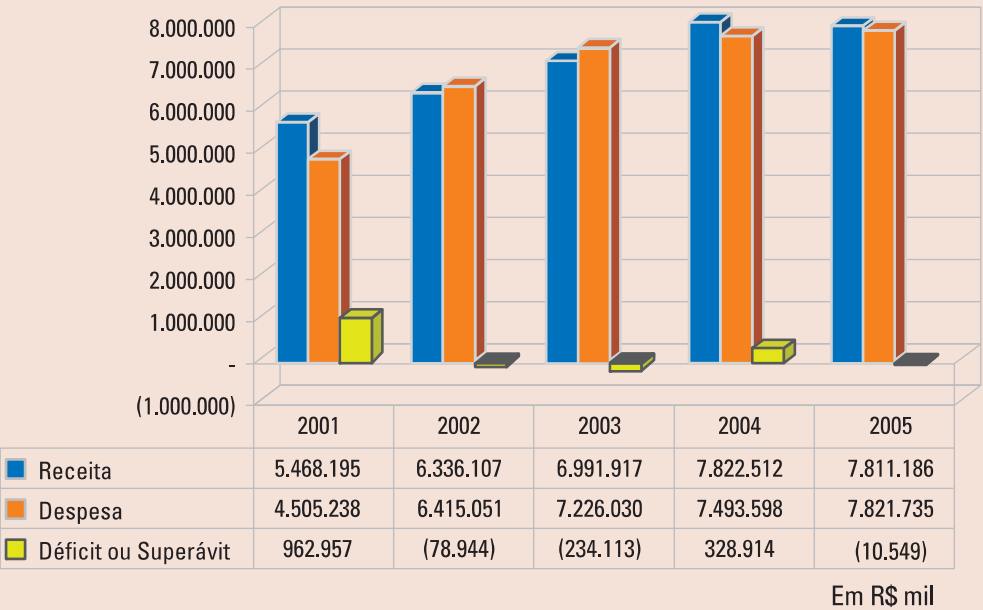
Despesa Realizada	Valor	%
Assistência e Previdência	1.788.309	23
Educação e Cultura	1.719.524	22
Administração e Planejamento	1.332.019	17
Saúde e Saneamento	1.324.746	17
Habitação e Urbanismo	1.019.949	13
Legislativa	296.181	4
Outras Funções	341.007	4
Defesa Nacional e Segurança Pública	129.714	2
Transportes	85.771	1
Indústria, Comércio e Serviços	72.009	1
Judiciária	41.226	0
Trabalho	12.287	0
Total da Despesa	7.821.735	100
Superávit Orçamentário	0	0
Total Geral	7.821.735	100

Em R\$ Mil

DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

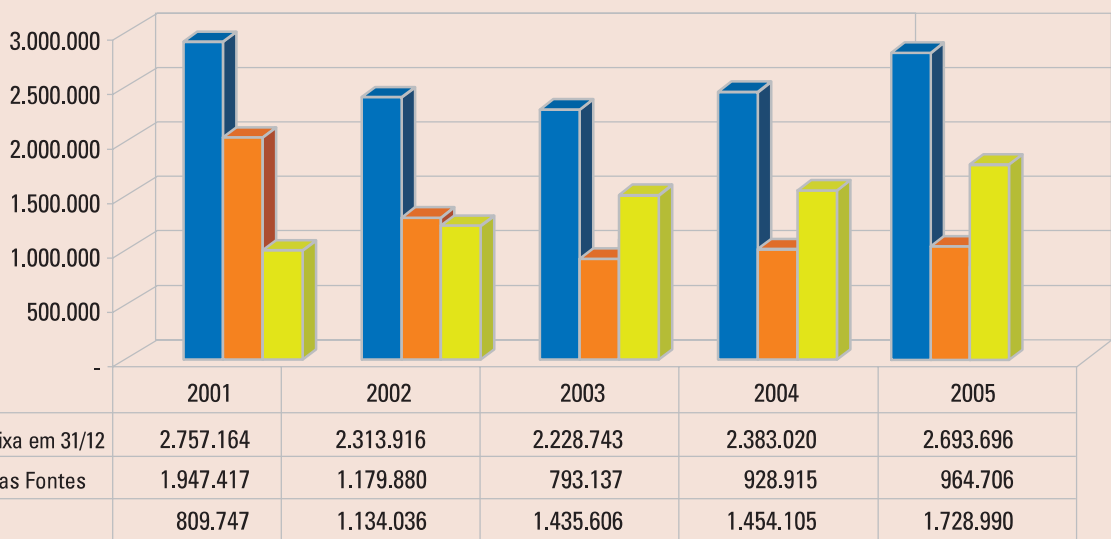
Confrontando-se a Receita Arrecadada até dezembro/2005 (MR\$ 7.811.186) com a Despesa Empenhada (MR\$ 7.821.735) no mesmo período, apurou-se um Déficit Orçamentário de MR\$ 10.549.

Em 2000 e 2001, a Prefeitura apurou superávits orçamentários; em 2002 e 2003, apurou déficits voltando a apresentar superávit em 2004; agora, em 2005, tornou a apurar novo déficit. Esta alternância entre situações superavitárias e deficitárias não é fator relevante na gestão pública, pois o objetivo do poder público municipal não é apresentar superávits ao longo dos exercícios. A relação entre a Prefeitura e o cidadão enfatiza que os recursos arrecadados na sociedade deverão retornar para a mesma. Dessa forma os déficits apurados encontram-se amparados pelos superávits.



EVOLUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

A Prefeitura terminou o ano com uma disponibilidade financeira no montante de MR\$ 2.693.696, sendo deste total MR\$ 1.728.990 do regime previdenciário (o que envolve tanto o FUNPREVI quanto o PREVI-RIO) e os restantes MR\$ 964.706 de todos os outros órgãos da Prefeitura, incluindo o Tesouro.



Em R\$ mil

ORIGENS E COMPROMETIMENTO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

RECEITA PREVISTA X RECEITA ARRECADADA

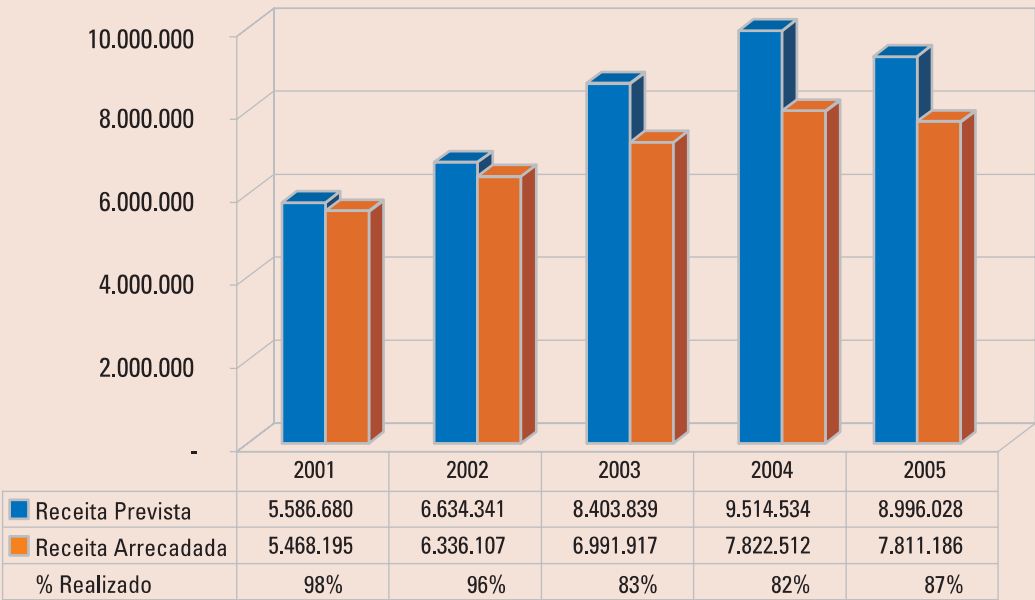
O art. 11 da Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação da Receita Orçamentária nas categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital.

São Receitas Correntes as receitas tributárias, de contribuições, serviços, industriais, patrimonial, transferências correntes e outras receitas correntes. São Receitas de Capital as provenientes de recursos oriundos das operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos e outras receitas de capital.

A Receita Orçamentária Total, nos exercícios de 2001 a 2005 é apresentada no quadro abaixo. Podemos observar que em 2005 a receita arrecadada totalizou MR\$ 7.811.186, inferior em MR\$ 1.184.842 ao valor previsto de MR\$ 8.996.028, correspondente a uma redução de 13%.

Comparando os resultados entre os exercícios de 2001 e 2005, notamos que ocorreu uma queda na expectativa de realização da receita. O quadro abaixo demonstra a constante queda dessa expectativa desde o exercício de 2001.

A maior parte das receitas do Município é oriunda de tributos (impostos e taxas) e transferências correntes (cota-parte do ICMS e IPVA, FUNDEF, FPM, etc.), que juntas representam 76% do total arrecadado, sendo 38% de receita tributária e 38% de transferências correntes.



Em R\$ mil

RECEITA ARRECADADA NO PERÍODO DE 2001 A 2005

Na tabela a seguir é apresentada a arrecadação da receita nos cinco últimos exercícios, bem como seus percentuais de participação em relação ao todo. Observa-se que o Total das Receitas atingiu em 2005 MR\$ 7.811.186 que, comparado com 2004, apresentou uma redução de MR\$ 11.326, o que significa um decréscimo percentual de 0,14%.

Essa pequena redução nominal teve como principais responsáveis a queda das Transferências Correntes da União (MR\$ 326.177), da Renda de Aplicações Financeiras (MR\$ 266.663) e das Operações de Crédito Externas (MR\$ 100.251). Em parte, essas quedas foram suportadas pela elevação nominal do Rendimento de Aplicações em Títulos Federais (MR\$ 283.177) e do ISS (MR\$ 179.537).

Entre as variações percentuais, destacamos de forma positiva os aumentos de 240,30% no Rendimento de Aplicações em Títulos Federais, de 128,61% nos convênios, de 16,51% no ITBI e de 34,38% em Outras Receitas de Capital. Em contrapartida, ocorreu uma queda de 86,44% no Rendimento de Aplicações Financeiras.

A Receita Tributária, em 2005, obteve um crescimento nominal de MR\$ 298.037, representando uma variação positiva de 11,28%. O crescimento ficou acima da inflação acumulada no período, tendo os Impostos variado 11,61% e as Taxas 7,15%. Nas Receitas de Serviços houve uma redução nominal de MR\$ 40.978, ou 29,27%.

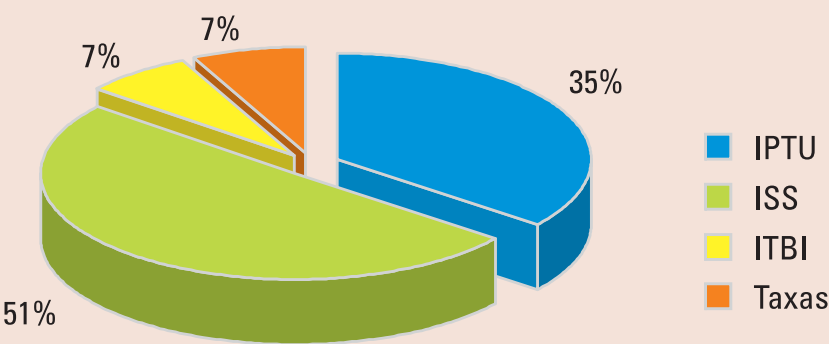
Observando o grupamento das Receitas de Contribuição, nota-se um crescimento nominal de MR\$ 29.605, ou 5,96%.

A soma das Receitas Correntes corresponde a 98%, e os restantes 2% correspondem às Receitas de Capital.

CATEGORIAS ECONÔMICAS	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%
TOTAL DAS RECEITAS	5.468.194	100	6.336.108	100	6.991.917	100	7.822.512	100	7.811.186	100
RECEITAS CORRENTES	5.338.286	97	6.055.602	96	6.607.331	94	7.566.334	97	7.649.368	98
Receita Tributária	1.933.491	35	2.149.332	34	2.329.485	33	2.641.689	34	2.939.726	38
Impostos	1.796.722	33	1.999.780	32	2.163.812	31	2.448.463	31	2.732.686	35
IPTU	641.960	12	721.695	11	820.152	12	940.599	12	1.014.973	13
ISS	1.021.613	19	1.107.995	18	1.170.704	17	1.324.203	17	1.503.740	19
ITBI	133.103	2	170.090	3	172.957	2	183.657	2	213.973	3
IVVC	45	0	-	0	-	0	4	0	-	0
Taxas	136.769	2	149.552	2	165.673	2	193.226	3	207.040	4
Receita de Contribuições	110.560	2	323.933	5	409.271	6	496.414	6	526.019	7
Receita Patrimonial	652.106	12	679.280	11	811.127	11	511.561	7	517.691	7
Rendimento de Aplicações Financeiras	612.221	11	278.641	4	430.157	6	308.488	4	41.825	1
Rendimento de Aplicações em Títulos Federais	-	0	355.095	6	288.884	4	117.843	2	401.020	5
Outras Receitas Patrimoniais	39.885	1	45.545	1	92.086	1	85.230	1	74.846	1
Receita de Serviços	104.365	2	108.158	2	124.836	2	140.003	2	99.025	1
Transferências Correntes	2.294.392	42	2.471.656	39	2.629.191	38	3.134.244	40	2.999.264	38
da União	806.556	15	881.650	14	949.006	14	1.148.211	15	822.034	10
do Estado	998.982	18	1.053.402	17	1.113.971	16	1.320.976	17	1.451.538	19
Cota-Parte ICMS	768.985	14	795.424	13	831.751	12	990.847	13	1.008.796	13
Cota-Parte IPVA	192.719	3	215.260	3	226.900	3	253.167	3	279.083	4
Outros	37.278	1	42.718	1	55.319	1	76.962	1	163.659	2
de Convênios	17.785	0	14.147	0	5.315	0	19.359	0	44.257	0
Outras Transferências Correntes	471.067	9	522.457	8	560.900	8	645.698	8	681.435	9
Outras Receitas Correntes	243.373	4	323.243	5	303.420	4	642.423	8	567.643	7
RECEITA DE CAPITAL	129.909	3	280.506	4	384.586	6	256.178	3	161.818	2
Operações de Crédito	93.307	2	78.438	1	89.991	1	191.638	2	75.086	1
Operações de Créditos Internas	29.277	1	32.039	0	6.258	0	21.815	0	5.515	0
Operações de Crédito Externas	64.031	1	46.399	1	83.733	1	169.823	2	69.571	1
Outras Receitas de Capital	36.602	1	202.068	3	294.595	4	64.540	1	86.732	1

Em R\$ mil

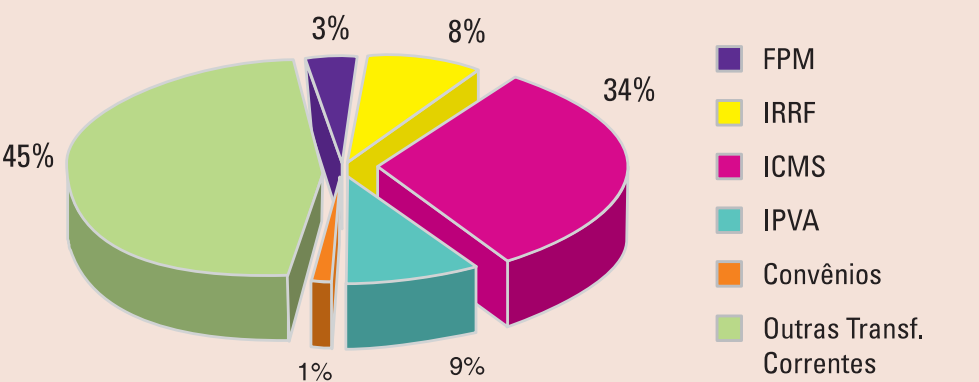
COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA



Categoria Econômica	Receita Realizada	Receita Tributária	Receita Corrente Adm. Direta	Receita Total
IPTU	1.014.973	35%	15%	13%
ISS	1.503.740	51%	23%	19%
ITBI	213.973	7%	3%	3%
Taxas	207.040	7%	3%	3%
Receita Tributária	2.939.726	100%	44%	38%

Em R\$ mil

COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

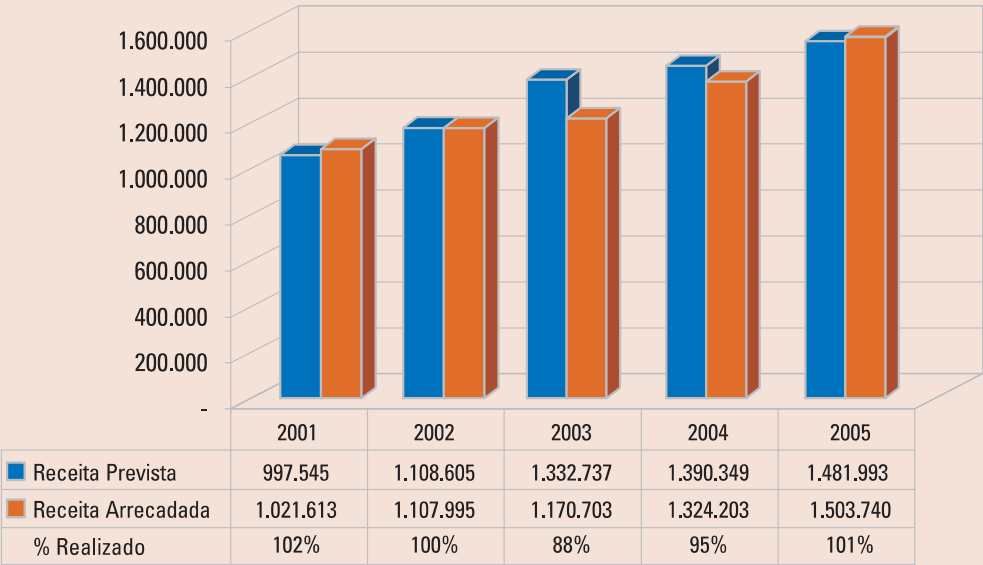


Categoria	Receita Realizada	Transferências Correntes	Receita Corrente	Receita Total
FPM	77.074	3%	1%	1%
IRRF	233.897	8%	3%	3%
ICMS	1.008.796	34%	13%	13%
IPVA	279.083	9%	4%	4%
Convênios	44.257	1%	0%	0%
Outras Transf.	1.356.157	45%	18%	17%
Transf. Correntes	2.999.264	100%	39%	38%

Em R\$ mil

COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO DO ISS

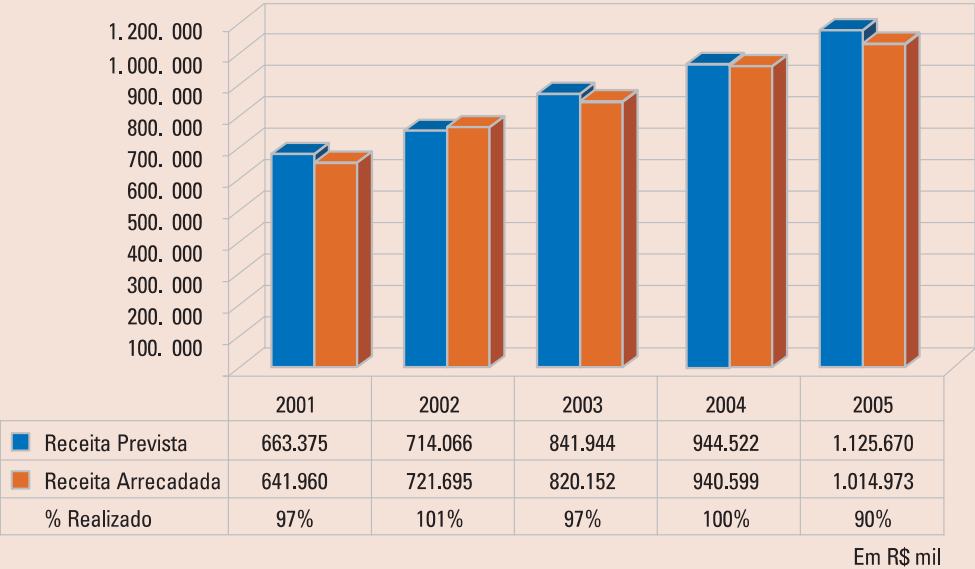
A receita de ISS continua se configurando a principal receita tributária do Município. O peso da Receita de ISS no Total das Receitas aumentou para 19%, e da mesma forma, ampliou sua participação na Receita Tributária para 51%. A seguir pode-se acompanhar a evolução da arrecadação do ISS nos cinco últimos exercícios, onde verifica-se que, em 2005, a expectativa de arrecadação da receita foi superada.



Em R\$ mil

COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO DO IPTU

Dentro das Receitas Tributárias, o IPTU desponta como a segunda maior fonte, representando 13% da receita total e 35% da receita tributária do Município. O comportamento da arrecadação do IPTU nos cinco últimos exercícios é apresentado a seguir.

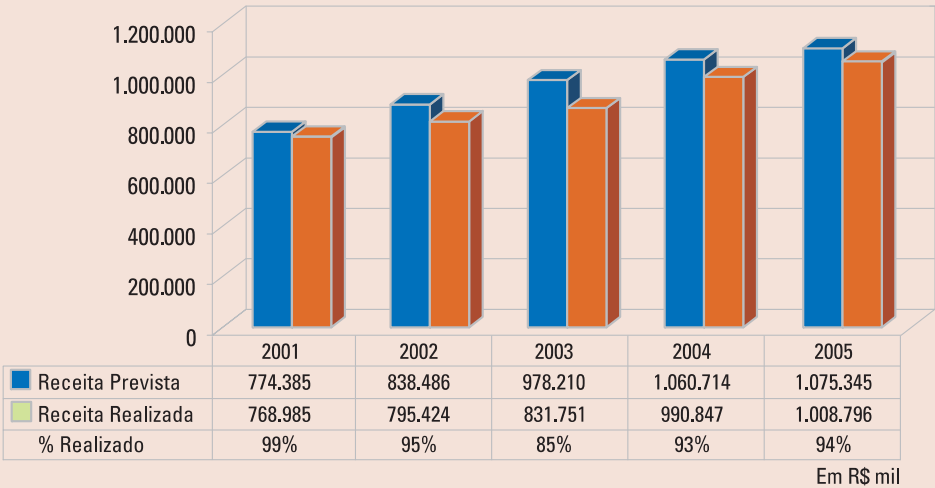


COMPORTAMENTO DA TRANSFERÊNCIA DA COTA-PARTE DO ICMS

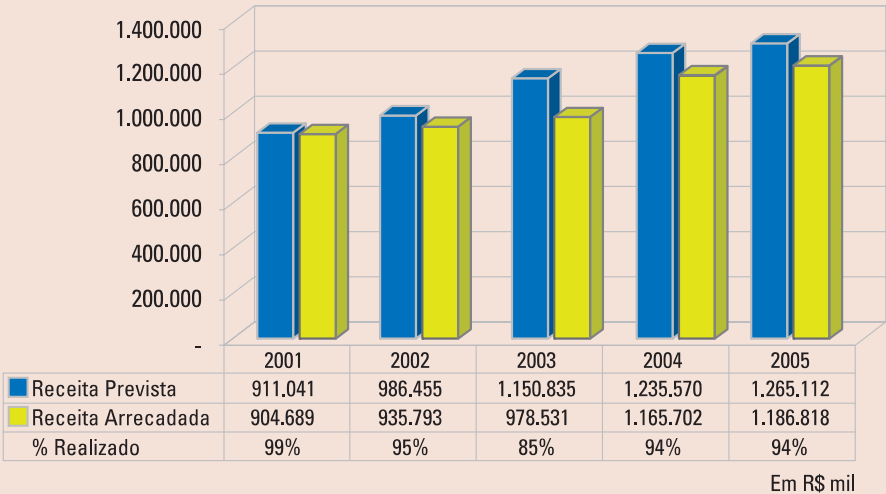
Dentre as Transferências Correntes, tem merecido destaque a Cota-parte do ICMS, que representa 13% das receitas totais. Houve um incremento nominal de MR\$ 17.949, correspondente a 1,81%.

Deve-se esclarecer que foi instituída em 2002, por Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional, a classificação DEDUÇÃO DA RECEITA, que tem como origem as retenções para o FUNDEF. Ocorre que até 2001 a demonstração do ICMS era baseada em valores brutos, ou seja, não se fazia o expurgo desta retenção. Dessa forma, para apresentarmos uma comparabilidade entre os últimos cinco anos, baseada nessa nova conceituação, foi necessário confeccionarmos dois quadros. Um sob o conceito de Receita Bruta e outro sob o conceito de Dedução p/ FUNDEF. Dessa forma, a comparabilidade é mantida em ambos os quadros, permitindo assim uma melhor análise por parte do leitor.

COMPORTAMENTO DA COTA-PARTE DO ICMS –
TABELA SOB O CONCEITO DE DEDUÇÃO PARA O FUNDEF



COMPORTAMENTO DA COTA-PARTE DO ICMS –
TABELA SOB O CONCEITO DE RECEITA BRUTA



EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

GRÁFICO RECEITA CORRENTE

A apresentação em gráfico demonstra de forma bem clara o comportamento das Receitas Correntes ao longo do tempo. A receita corrente total vem apresentando comportamento constante de crescimento. Cabe ressaltar que em 2005 o crescimento da Receita Tributária alcançou 11,28%, superando a inflação do período que foi de 5,88%.

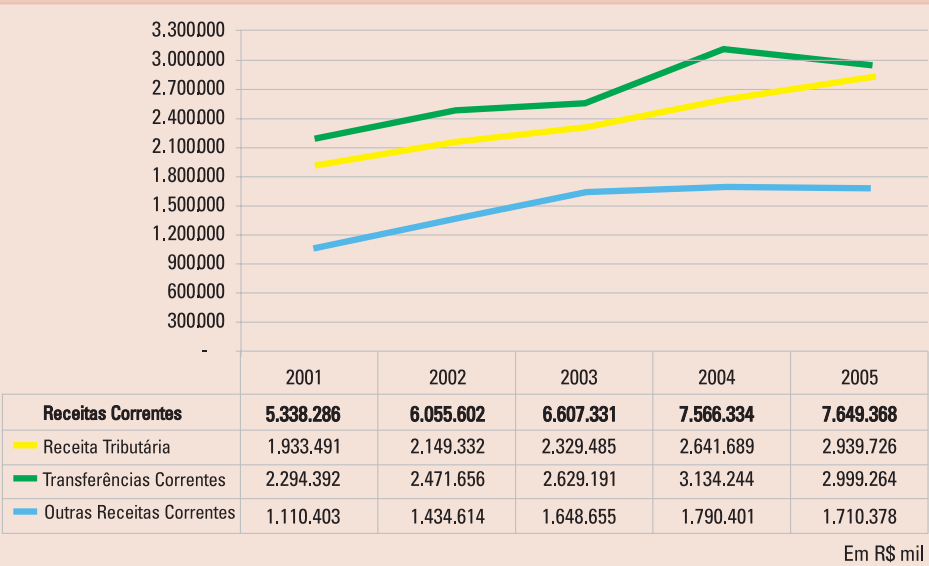
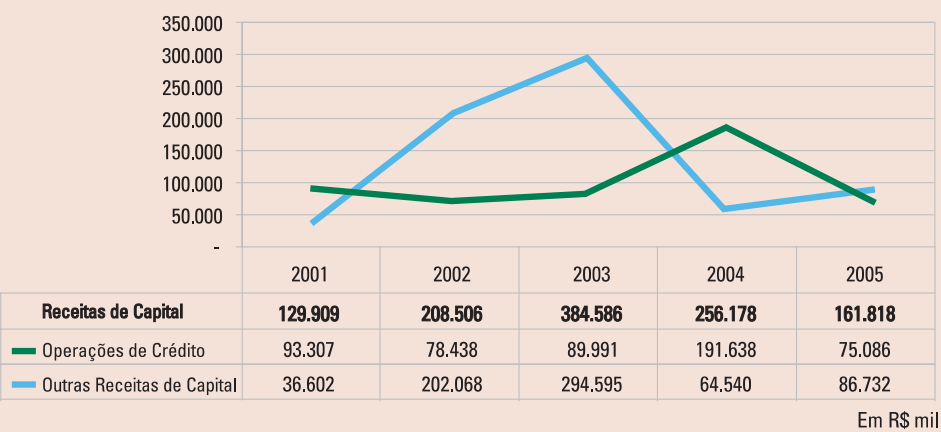


GRÁFICO RECEITA DE CAPITAL

O gráfico a seguir apresenta a evolução do grupo de Receitas de Capital.



As Receitas de Capital apresentaram decréscimo pelo segundo ano consecutivo. No exercício de 2004 houve uma queda, em valores nominais, de MR\$ 128.408. Essa queda deve-se, principalmente, ao Governo do Estado ter quitado sua dívida com o Município no ano de 2003. Já em 2005, a queda de MR\$ 94.360 deve-se, basicamente, à redução do ingresso de recursos referentes a Operações de Crédito Externas.

ORIGENS E COMPROMETIMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

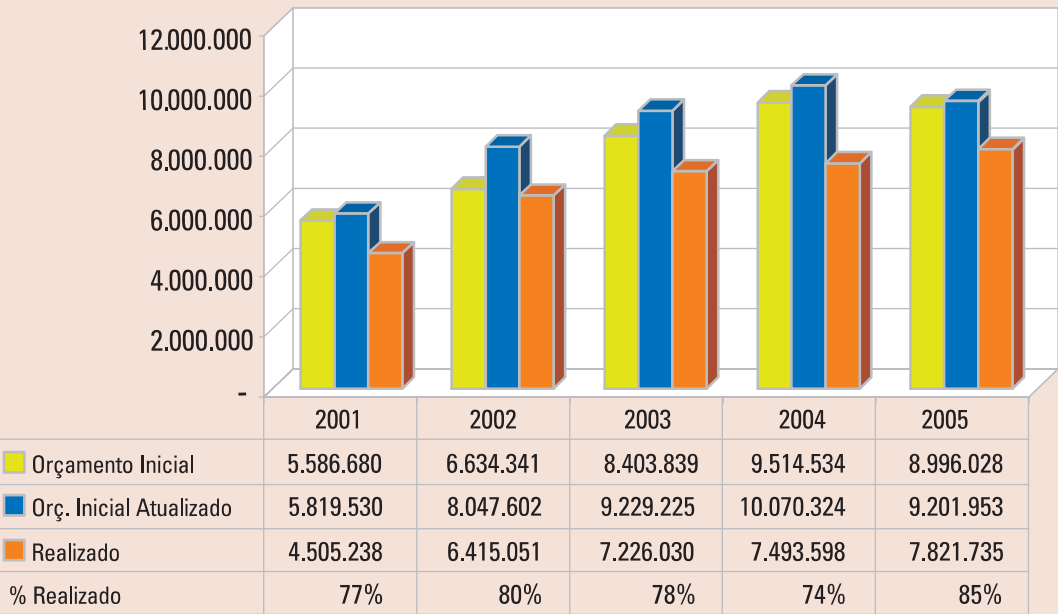
DESPESA FIXADA X DESPESA REALIZADA

A Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação da Despesa Orçamentária nas categorias econômicas Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As Despesas Correntes constituem o grupo de despesas operacionais realizadas pela Administração Pública a fim de promover a execução, manutenção e o funcionamento de suas atividades.

As Despesas de Capital constituem o grupo de despesas com intenção de adquirir ou construir bens de capital, capazes de gerar novos bens ou serviços. Também são classificadas como Despesas de Capital as amortizações das dívidas interna e externa.

A Despesa Orçamentária Total do exercício de 2005 está apresentada no quadro abaixo. Podemos observar que a despesa empenhada totalizou MR\$ 7.821.735, muito inferior aos MR\$ 9.201.953 do orçamento atualizado, sendo a diferença de MR\$ 1.380.218, correspondente a 15%.



Em R\$ mil

DESPESA REALIZADA NO PERÍODO DE 2001 A 2005

A seguir é apresentado o quadro resumo das despesas realizadas por categoria econômica nos exercícios de 2001 a 2005. Ao compararmos a despesa total empenhada de 2005 com as de 2004, verificamos um aumento de MR\$ 328.137, tendo ocorrido uma variação de 4,38%.

A Despesa Ordinária (somatório das Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras) representou 96,74% do total das despesas orçamentárias do exercício de 2005, patamar semelhante ao observado no exercício de 2004 (96,98%).

Houve um incremento em valores nominais nas despesas correntes da ordem de 6,39%. Nesta categoria econômica, o maior acréscimo ocorreu em Pessoal e Encargos Sociais que variaram 9,39%. Na natureza Obras e Instalações, houve um decréscimo de 29,59%.

Sendo assim, a participação das Despesas Correntes no total das despesas aumentou para 89% no ano de 2005 (em 2004 foi de 87%) e, conseqüentemente, a participação das Despesas de Capital caiu para 11% (em 2004 foi de 13%).

Dentro das Despesas de Capital, as Inversões Financeiras cresceram 144,93% e Amortização da Dívida 12,36%. Na natureza de Investimentos houve um decréscimo de 23,06%.

CATEGORIAS ECONÔMICAS	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%
TOTAL DAS DESPESAS	4.505.238	100	6.415.051	100	7.226.030	100	7.493.598	100	7.821.735	100
DESPESAS CORRENTES	4.069.644	90	5.443.226	85	6.027.199	83	6.507.273	87	6.922.981	89
Pessoal e Encargos Sociais	2.376.376	53	3.094.956	48	3.589.975	50	3.956.965	53	4.328.588	56
Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.306.991	29	1.547.094	24	1.836.968	26	2.044.795	27	2.243.946	29
Inativos	667.670	15	779.612	12	877.795	12	956.189	13	1.051.738	14
Outras Desp. de Pessoal e Enc. Sociais	401.715	9	768.250	12	875.212	12	955.981	13	1.032.904	13
Juros e Encargos da Dívida	251.292	5	382.601	6	428.926	6	433.073	6	476.705	6
Material de Consumo	190.508	4	269.551	4	296.377	4	251.919	3	251.935	3
Outras Despesas Correntes	1.251.468	28	1.696.118	27	1.711.921	23	1.865.316	25	1.865.753	24
DESPESAS DE CAPITAL	435.594	10	971.825	15	1.198.831	17	986.325	13	898.754	11
Investimentos	293.898	7	640.604	10	699.835	10	724.184	10	557.165	7
Obras e Instalações	236.258	5	534.432	8	522.469	7	563.636	8	396.841	5
Equipamentos e Material Permanente	29.656	1	62.224	1	36.022	1	30.036	0	34.038	0
Outros Investimentos	27.984	1	43.948	1	141.344	2	130.512	2	126.286	2
Inversões Financeiras	18.958	0	166.645	3	291.137	4	35.496	0	86.942	1
Amortização da Dívida	122.738	3	164.576	2	207.859	3	226.645	3	254.647	3

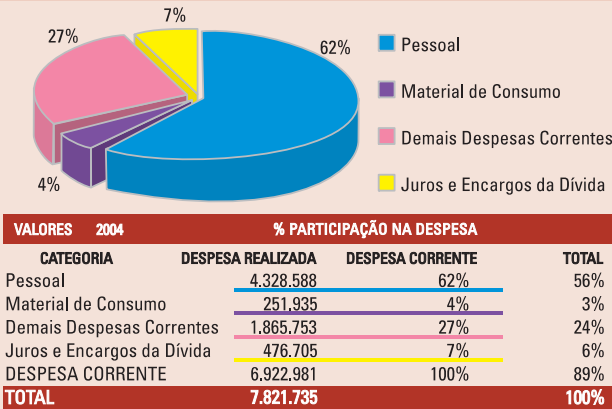
Em R\$ Mil

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DESPESA CORRENTE

A comparação através dos anos entre os grupos de Despesas Correntes deve ser observada com reservas, haja vista a reclassificação orçamentária de algumas despesas em virtude da alteração no classificador de despesas, que decorreu da mudança de conceituação e codificação das naturezas de despesas efetuada pela Portaria Interministerial nº 163/2001. Assim, algumas despesas que, em 2001, eram classificadas como “Outros Custeios” ou “Transferências a Pessoas” (inativos, por exemplo) passaram a ser classificadas a partir de 2002 como “Pessoal e Encargos Sociais”.

Destacamos a magnitude da natureza de Pessoal na composição das Despesas Correntes, atingindo ao final de 2005 o percentual de 62%, mesmo percentual do exercício anterior. Deve-se ressaltar que esta despesa está enquadrada rigidamente na Lei de Responsabilidade Fiscal, como pode-se acompanhar na página 43.

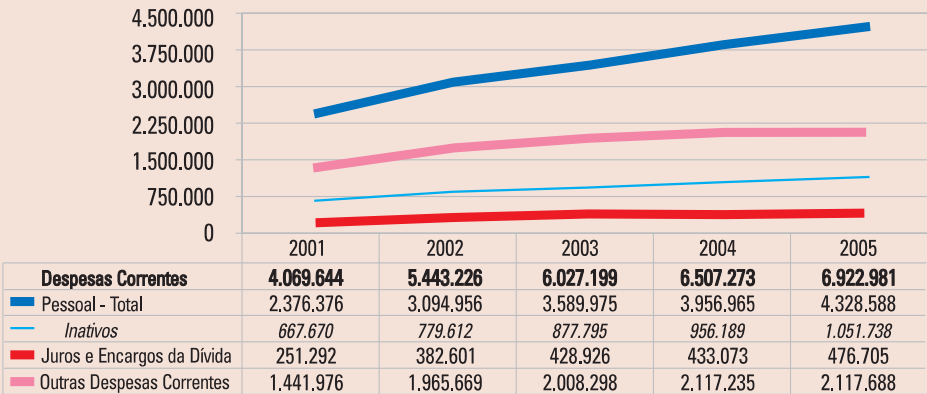
COMPOSIÇÃO DA DESPESA CORRENTE



Analisando o gráfico abaixo, podemos verificar que o crescimento em ritmo constante da despesa com inativos, demonstra que, salvo qualquer influência externa abrupta, espera-se comportamento similar em exercícios futuros.

Na despesa de Pessoal, observa-se a maior curva de crescimento. Tal fato deve-se a adoção, em 2001, do IPCA-E como índice de correção dos vencimentos da Administração Municipal, portanto ficando esta despesa atrelada indiretamente ao comportamento da inflação.

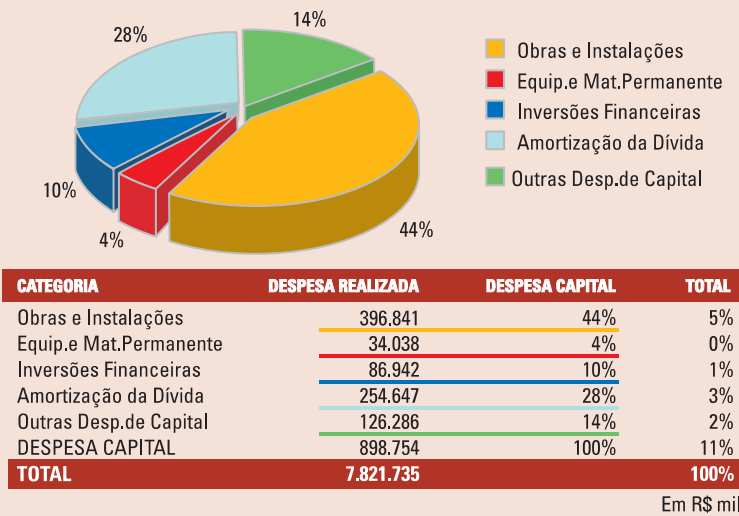
EVOLUÇÃO DA DESPESA CORRENTE



COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL

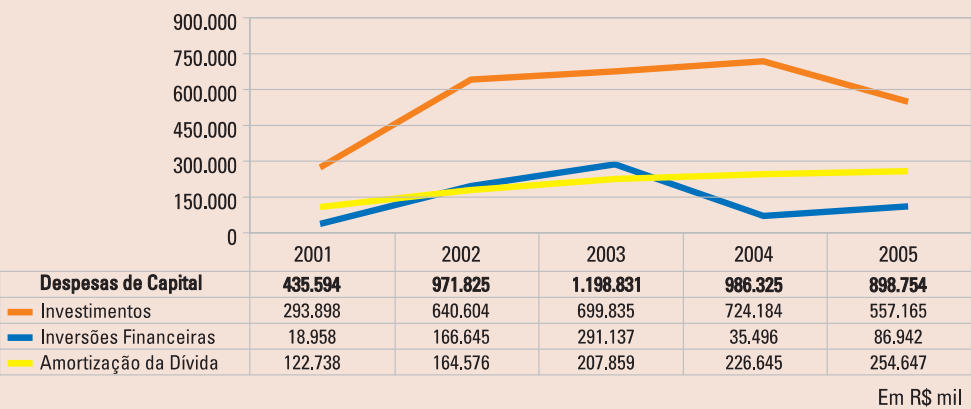
Nas Despesas de Capital em 2005, houve uma redução total de MR\$ 87.571 em relação a 2004, o que representa uma variação percentual de 8,88%. Em valores nominais, houve incremento nas categorias “Inversões Financeiras” e “Amortização da Dívida”, em MR\$ 51.446 e MR\$ 28.002, respectivamente, correspondendo a 144,93% e 12,36%. Na categoria “Obras e Instalações” houve uma diminuição em valores nominais de MR\$ 166.795, correspondente a 29,59% em relação ao ano de 2004.

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL



O gráfico abaixo mostra, com nitidez, de 2004 para 2005, o crescimento das despesas nas categorias “Inversões Financeiras” e “Amortização da Dívida” e diminuição em “Investimentos”.

EVOLUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL



DESPESA POR ÓRGÃO

A Administração Municipal é composta pelos Poderes Executivo e Legislativo. Divide-se o Poder Executivo entre órgãos da Administração Direta e Administração Indireta, podendo estes ser gerencialmente classificados como Atividade Meio ou Atividade Fim.

Além destes órgãos, existem os Encargos Gerais do Município, onde são classificadas as despesas de caráter geral que não podem ser alocadas aos órgãos, como por exemplo, amortização da dívida pública, entre outras.

Na tabela a seguir é apresentada a despesa total empenhada de todos os órgãos existentes na estrutura municipal no decorrer do ano de 2005. Dentre os que atingiram maiores variações nominais positivas, estão: Secretaria Municipal de Educação (MR\$ 130.256); Encargos Gerais (MR\$ 120.090); Funprevi (MR\$ 78.417) e Comlurb (MR\$ 65.112).

Em contrapartida, os órgãos que tiveram maiores reduções nominais no exercício de 2005 foram: Secretaria Municipal de Saúde (MR\$ 152.445); Rio Urbe (MR\$ 54.560); Secretaria Municipal de Habitação (MR\$ 47.268) e Secretaria Municipal de Obras (MR\$ 41.180).

DESPESA POR ÓRGÃO

ÓRGÃOS	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%
PODER LEGISLATIVO	172.730	4	207.678	3	233.392	3	252.128	3	296.181	4
Câmara Municipal	129.451	3	159.212	2	172.348	2	192.404	2	225.118	3
Tribunal De Contas	43.279	1	48.466	1	61.044	1	59.724	1	71.063	1
PODER EXECUTIVO	4.332.508	96	6.207.373	97	6.992.638	97	7.241.470	97	7.525.554	96
Atividade : Fim	2.751.835	62	3.946.125	61	4.326.628	60	4.579.557	61	4.520.492	58
Adm Direta	2.009.435	45	2.940.108	45	3.302.273	46	3.535.539	47	3.454.827	44
Sec.Mun.Cultura	22.017	0	31.270	1	29.698	0	38.057	0	48.461	1
Sec.Mun. Desenvolvimento Social	47.869	1	74.644	1	117.808	2	113.604	2	137.852	2
Sec.Mun. Educação	703.178	16	1.019.018	16	1.196.685	17	1.285.060	17	1.415.316	18
Sec.Mun. Habitação	124.027	3	205.155	3	174.917	3	200.539	3	150.068	2
Sec.Mun. Meio Ambiente	23.989	1	78.104	1	40.523	1	70.453	1	55.067	1
Sec.Mun. Obras	115.940	3	194.389	3	158.692	2	181.998	2	140.819	2
Sec.Mun. Saúde	916.184	20	1.229.597	19	1.411.763	20	1.462.828	20	1.310.382	17
Sec.Mun. Trabalho	2.500	0	5.554	0	22.457	0	13.870	0	12.287	0
Sec.Esp. Transporte	18.768	0	24.769	0	26.819	0	27.431	0	29.842	0
Sec.Esp. Turismo	323	0	393	0	572	0	3.285	0	1.053	0
Sec.Mun. Urbanismo	11.816	0	14.798	0	18.789	0	19.862	0	22.712	0
Sec.Mun. Esportes e Lazer	22.824	1	60.364	1	100.668	1	115.641	2	121.020	1
Sec.Esp. Prevenção à Dependência Química	0	0	577	0	875	0	820	0	1.032	0
Sec.Esp. Terceira Idade	0	0	1.085	0	596	0	762	0	6.534	0
Sec.Esp. Promoção e Defesa dos Animais	0	0	391	0	1.411	0	1.329	0	2.382	0
Adm Indireta	742.400	17	1.006.017	16	1.024.355	14	1.044.018	14	1.065.666	14
Cet Rio	28.364	1	38.521	1	45.976	1	38.264	1	48.308	1
Comlurb	315.398	7	366.085	6	415.701	6	431.822	6	496.934	7
Fundação Rio	1.142	0	1.136	0	1.379	0	1.325	0	1.454	0
Fundo-Rio	49.465	1	65.989	1	11.140	0	17.883	0	12.445	0
Funlar	8.291	0	13.486	0	16.914	0	17.309	0	17.047	0
Geo-Rio	10.025	0	13.968	0	12.149	0	13.050	0	6.080	0
Guarda Municipal	94.730	2	106.443	2	113.807	2	118.185	2	129.488	2
Imprensa da Cidade	4.051	0	8.871	0	8.491	0	7.879	0	7.037	0
Multi-Rio	9.489	0	14.343	0	16.754	0	21.524	0	18.698	0
Parques e Jardins	29.792	1	49.659	1	28.729	1	21.137	0	17.947	0
Planetário	2.389	0	3.537	0	3.743	0	4.657	0	4.742	0
Rio Centro	8.346	0	9.288	0	12.614	0	10.349	0	12.397	0
Rio Cop	237	0	300	0	167	0	113	0	113	0
Rio Esportes	13.996	1	23.422	0	20.174	0	19.751	0	19.273	0
Rio Filme	7.269	0	14.401	0	16.649	0	9.183	0	10.119	0
Rio Luz	21.396	1	24.950	1	35.924	1	35.915	1	45.343	1
Rio Urbe	55.562	1	139.596	2	149.730	2	164.825	2	110.265	2
Rio-Águas	10.220	0	24.829	0	19.538	0	12.290	0	14.871	0
Rio-Arte	19.848	1	28.569	1	27.799	0	28.222	1	24.500	0
Riotur	42.058	1	45.818	1	52.711	1	56.054	1	50.190	1
Rio-Zoo	5.229	0	6.093	0	7.097	0	7.693	0	10.794	0
Smtu	5.103	0	6.713	0	7.169	0	6.588	0	7.621	0
Atividade:Meio	1.051.007	22	1.325.278	21	1.540.903	21	1.683.833	23	1.906.892	24
Adm Direta	209.425	4	225.288	4	252.520	4	283.047	4	307.618	4
Controladoria Geral	12.913	0	15.808	0	14.839	0	15.977	0	20.875	0
Gabinete do Prefeito	36.993	1	39.264	1	37.725	1	28.567	0	31.167	0
Procuradoria Geral	40.989	1	34.146	1	37.956	1	64.460	1	60.293	1
Sec.Mun. Governo	13.575	0	18.018	0	24.189	0	23.088	0	24.548	0
Sec.Mun. Administração	19.524	0	23.946	0	38.710	1	43.351	1	51.421	1
Sec.Esp. Comunicação Social	0	0	0	0	1.566	0	1.708	0	2.042	0
Sec.Esp. Assuntos Estratégicos	439	0	871	0	1.455	0	1.487	0	1.111	0
Sec.Mun. Fazenda	83.201	2	91.583	2	94.277	1	101.834	2	113.450	2
Sec.Esp. Publicidade, Propaganda e Pesquisa	368	0	498	0	857	0	1.392	0	1.379	0
Sec.Esp. Desenv.Ciência e Tecnologia	1.423	0	1.154	0	946	0	1.183	0	1.332	0
Adm Indireta	841.582	18	1.099.990	17	1.288.383	17	1.400.786	19	1.599.273	20
FASS - Fundo de Assist a Saúde do Servidor	0	0	0	0	0	0	0	0	67.340	1
Fund. João Goulart	3.524	0	6.004	0	5.463	0	7.177	0	8.031	0
Funprevi	0	0	1.000.475	16	1.111.373	15	1.224.724	17	1.303.141	16
Inst. Pereira Passos	4.841	0	7.322	0	7.308	0	4.401	0	5.606	0
Iplan-Rio	57.625	1	65.146	1	68.398	1	70.271	1	70.985	1
Prev-Rio	775.592	17	21.043	0	95.841	1	94.213	1	144.170	2
Atividade:Encargos Gerais	529.666	12	935.971	15	1.125.107	16	978.080	13	1.098.170	14
TOTAL	4.505.238	100	6.415.051	100	7.226.030	100	7.493.598	100	7.821.735	100

Em R\$ Mil

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

A execução orçamentária da despesa possui, no nível mais agregado, as distribuições por função de governo. No exercício de 2002, houve uma modificação da classificação funcional-programática, onde algumas funções de governo foram desagrupadas. Para permitir a comparabilidade de forma gerencial entre os exercícios, as tabelas e gráficos desta Prestação de Contas Simplificada serão apresentados de forma agrupada, nos mesmos moldes da classificação funcional-programática adotada até 2001.

Comparando os exercícios de 2004 com 2005, as funções que mais cresceram em valores nominais foram: Assistência e Previdência (MR\$ 234.020) e Educação e Cultura (MR\$ 161.519). As funções que tiveram maior redução foram: Saúde e Saneamento (MR\$ 149.877) e Habitação e Urbanismo (MR\$ 111.858).

Em aumentos percentuais destacamos a função Transporte (18,66%). Nas reduções destacam-se as funções Trabalho (11,42%) e Saúde e Saneamento (10,16%).

Nas páginas seguintes, através de uma classificação adotada pela Controladoria, poderão ser verificadas as despesas empenhadas por Função de Governo, relativas às Atividades Meio e Fim, nos exercícios de 2001 a 2005.

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

COMPOSIÇÃO

Ano	2001	2002	2003	2004	2005
Atividade Meio					
Administração e Planejamento	699.309	1.130.422	1.335.648	1.204.245	1.332.019
Judiciária	37.380	27.125	32.579	35.414	41.226
Legislativa	172.730	257.081	286.176	252.128	296.181
Sub-Total	909.419	1.414.628	1.654.403	1.491.787	1.669.426
Atividade Fim					
Assistência e Previdência	977.051	628.249	764.819	1.554.288	1.788.309
Defesa Nac. e Seg. Pública	95.206	107.012	114.039	118.185	129.714
Educação e Cultura	857.714	1.718.780	1.982.798	1.558.005	1.719.524
Habitação e Urbanismo	467.426	1.091.129	1.033.461	1.131.807	1.019.949
Indústria Comércio e Serviços	85.249	65.524	75.333	78.749	72.009
Saúde e Saneamento	997.692	1.314.172	1.498.756	1.474.623	1.324.746
Trabalho	2.476	5.554	22.457	13.871	12.287
Transporte	113.006	70.003	79.964	72.283	85.771
Sub-Total	3.595.819	5.000.423	5.571.627	6.001.811	6.152.309
Despesa Total	4.505.238	6.415.051	7.226.030	7.493.598	7.821.735

Em R\$ Mil

Em 2002 e 2003, a Despesa Empenhada na Função Legislativa foi maior do que a Despesa Empenhada nos Órgãos do Poder Legislativo que compõem a referida função. Isto é explicado pelo fato de parte da realização da despesa nesta função ter sido efetuada pela Secretaria Municipal de Administração, devido à execução das despesas de Tranferências Previdenciárias para pagamento de Inativos da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município a cargo do Previrio.

A partir de 2004, esta diferença deixou de existir, tendo em vista a correta alocação dos valores na função Assistência e Previdência e não mais na função Legislativa.



Salientamos que na função “Administração e Planejamento” estão presentes, além dos gastos de custeio e manutenção , despesas com encargos e amortização da dívida pública, entre outras.

No exercício de 2005, a Prefeitura aumentou a realização da despesa em valores nominais em MR\$ 328.137, tendo como destaque individual a função “Assistência e Previdência” com variação nominal de MR\$ 234.021, o que corresponde a 15,06% de aumento.

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

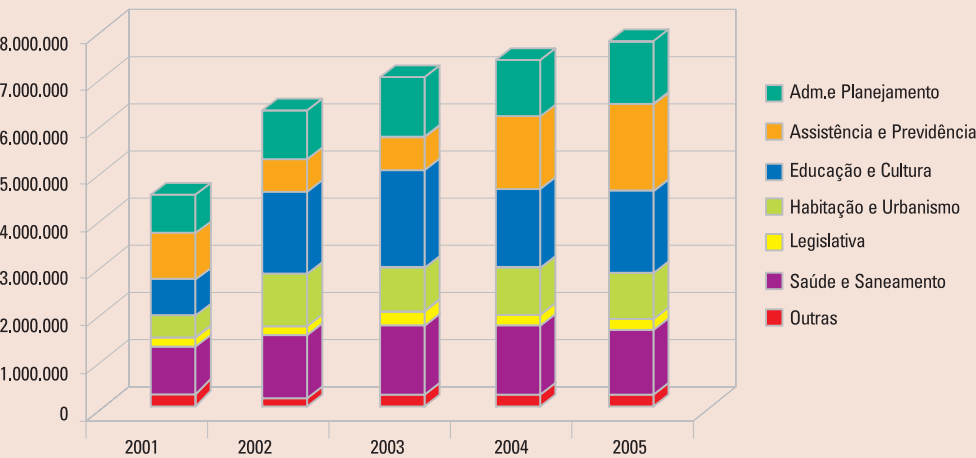
EVOLUÇÃO ANUAL

Nos gráficos a seguir, poderemos verificar a evolução e o comportamento ao longo do tempo das funções de governo selecionadas.

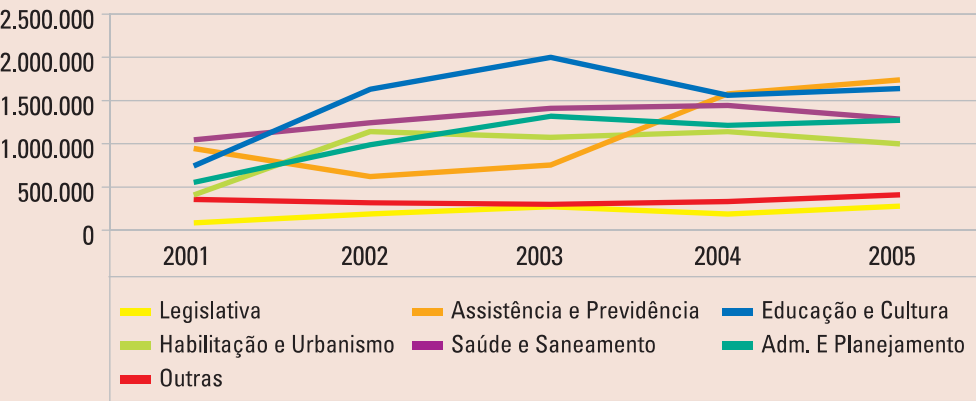
Neste exercício de 2005, podemos observar o crescimento percentual das seguintes funções de governo: Transporte (18,66%); Legislativa (17,47%); Judiciária (16,41%); Assistência e Previdência (15,06%); Administração e Planejamento (10,61%); Educação e Cultura (10,37%) e Defesa Nacional e Segurança Pública (9,75%) .

Em contrapartida, as seguintes funções tiveram redução percentual: Trabalho (11,42%); Saúde e Saneamento (10,16%); Habitação e Urbanismo (9,88%) e Indústria, Comércio e Serviços (8,56%).

Acrescentamos que as despesas totais por função de governo tiveram um crescimento de 4,38%.



EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FUNÇÕES DE GOVERNO



DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL

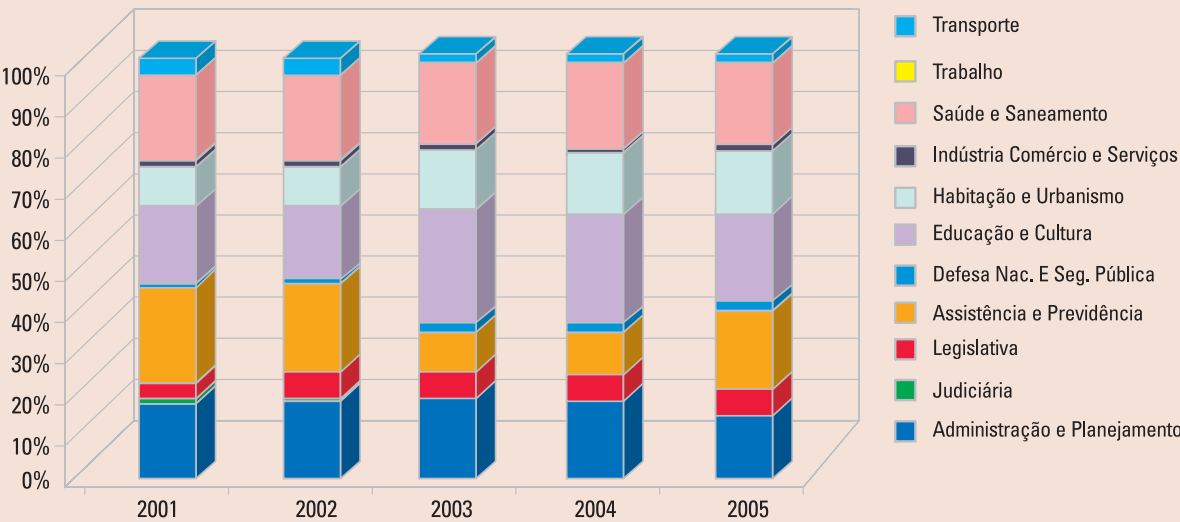
O quadro seguinte contém a despesa empenhada por Funções de Governo nos exercícios de 2001 a 2005, onde é indicada a participação percentual de cada uma dentro dos respectivos exercícios.

As quatro funções onde encontramos as maiores aplicações de recursos são: Assistência e Previdência (23%); Educação e Cultura (22%); Saúde e Saneamento (17%); Administração e Planejamento (17%) e Habitação e Urbanismo (13%).

Pode-se observar que, em média, nos últimos cinco anos, 79% da despesa empenhada da Prefeitura foram destinados à Atividade Fim.

DESPESA TOTAL %

Valor Total no Ano	2001	2002	2003	2004	2005
Atividade Meio	20	22	23	19	21
Administração e Planejamento	15	18	19	16	17
Judiciária	1	0	0	0	0
Legislativa	4	4	4	3	4
Atividade Fim	80	78	77	81	79
Assistência e Previdência	22	10	11	21	23
Defesa Nac. e Seg. Pública	2	2	2	2	2
Educação e Cultura	19	27	27	21	22
Habitação e Urbanismo	10	17	14	15	13
Indústria Comércio e Serviços	2	1	1	1	1
Saúde e Saneamento	22	20	21	20	17
Trabalho	0	0	0	0	0
Transporte	3	1	1	1	1
Total	100	100	100	100	100



APLICAÇÃO DE RECURSOS DE PROGRAMAS DE TRABALHO RELATIVOS A PROJETOS

No quadro abaixo estão elencados os dez maiores Programas de Trabalho da Prefeitura, relativos a projetos realizados em 2005.

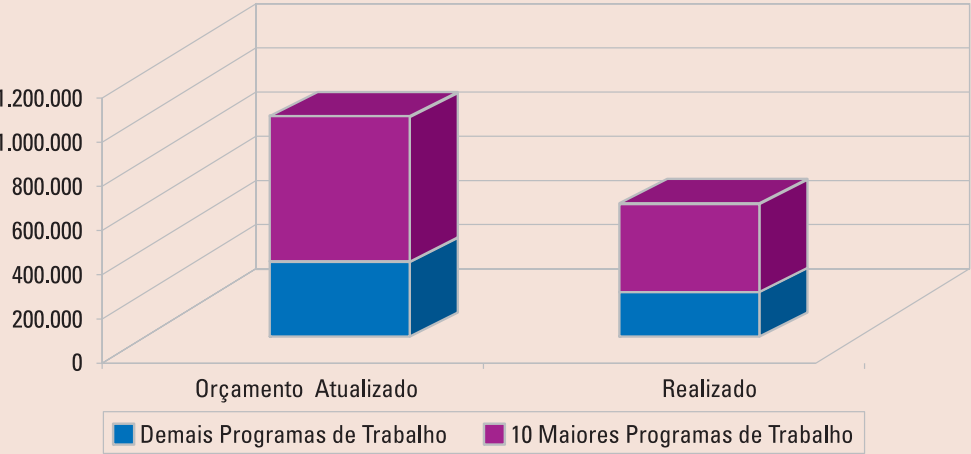
O número total de Programas de Trabalho referentes a projetos é de 126 e o total empenhado de MR\$ 587.318, correspondente a 63% do Orçamento Atualizado.

É importante ressaltar que o conceito de Programa de Trabalho voltado para Projeto elenca o total de novas realizações efetuadas durante o exercício, onde não são levadas em conta as quantias despendidas com o apoio e manutenção de atividades já existentes.

APLICAÇÃO DE RECURSOS DE PROGRAMAS DE TRABALHO RELATIVOS A PROJETOS - ADM. DIRETA E INDIRETA

Despesa Total	Orçamento Atualizado	Realizado	Parcela Realizada
PROAP RIO / BID II - SMH	167.568	114.987	69%
Jogos Pan-Americanos de 2007	92.820	78.848	85%
Construção, Reforma, Ampliação e Restauração de Unidades Culturais	52.666	52.470	100%
Intervenções de Infra-Estrutura, Drenagem, Urbanização e Reurbanização	34.917	34.595	99%
Ampliação, Restauração e Melhorias Viárias na Avenida Brasil	38.485	27.497	71%
PROAP II - Atenção a Crianças e Adolescentes	42.812	27.100	63%
Projeto Carnaval	28.187	24.467	87%
Construção, Reforma, Ampliação e Restauração de Unidades Culturais	24.524	22.379	91%
Obras e Equipamentos para Rede de Ensino	31.878	22.099	69%
Construções, Ampliações e Reformas de Unidades de Saúde	124.851	20.482	16%
TOTAL DOS 10 MAIORES	638.708	424.924	67%
Número de outros programas de trabalho 116	296.428	162.394	55%
Total	935.136	587.318	63%

Em R\$ Mil



LIMITES MÁXIMOS E MÍNIMOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A despesa empenhada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino atingiu, no exercício de 2005, 25,66% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências.

O percentual gasto atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima de 25%. Sendo assim, a aplicação mínima seria de MR\$ 1.315.411; no entanto, o Município do Rio de Janeiro aplicou MR\$ 1.775.519, ou seja, MR\$ 460.108 além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal.

A maior parcela da despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino foi com pessoal, que alcançou a soma de MR\$ 1.481.918 , sendo que MR\$ 1.056.582 foram gastos com pessoal ativo e MR\$ 425.336 com pessoal inativo da Educação.

No custeio e manutenção da rede física das 1.262 escolas da rede pública, como também na aquisição de equipamentos, construção e obras, foram utilizados MR\$ 259.831.

Entre as receitas, cabe ressaltar que, do valor recebido do FUNDEF, que montou MR\$ 692.982, foram MR\$ 197.607 referentes à parcela do Município na constituição do próprio FUNDEF, MR\$ 483.668 de valores adicionais na composição do FUNDEF pelos critérios federais e MR\$ 11.707 de Receita Financeira do FUNDEF.

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – 2005

RECEITA			DESPESA			
DISCRIMINAÇÃO	PREVISTA	ARRECADADA	DISCRIMINAÇÃO	AUTORIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADADA
1. IMPOSTOS PRÓPRIOS	3.045.571	2.935.636	1. SME	1.375.116	1.316.413	1.316.413
IPTU	1.125.670	1.014.973	Pessoal Ativo	1.068.238	1.056.582	1.056.582
ISS	1.481.994	1.503.740	Custeio / Manutenção da Rede Física	254.958	227.242	227.242
ITBI	223.070	213.973	Equip. Escolar / Construção / Obras em Escolas	51.920	32.589	32.589
Dívida Ativa de Impostos	214.837	202.950				
2. TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	1.406.048	1.306.730	2. SMDS / FUNLAR	26.843	11.023	11.023
Cota-Parte do ICMS	1.265.112	1.186.818	Educação Infantil	26.843	11.023	11.023
Dedução da Rec. para Form. do FUNDEF (ICMS)	(189.767)	(178.022)				
Cota-Parte do IPVA	316.581	279.083	3. SMEL	23.419	22.747	22.747
Cota-Parte do IPI Exportação	16.614	22.178	Educação Esportiva	23.419	22.747	22.747
Dedução da Rec. para Form. do FUNDEF (IPI-EXP)	(2.492)	(3.327)				
3. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	333.608	326.297	TOTAL DAS APLICAÇÕES SEM INATIVOS (B)	1.425.378	1.350.183	1.350.183
Cota-Parte do FPM	97.969	90.675				
Dedução da Rec. para Form. do FUNDEF (FPM)	(14.695)	(13.601)	3. FUNPREVI	476.967	425.336	425.336
Cota-Parte do IRRF	230.831	233.897	Inativos da Educação	476.967	425.336	425.336
Cota-Parte do IPTR	303	161				
Cota-Parte do Imposto s/ Operações com Ouro	93	110				
Desoneração do ICMS na Exportação - LC 87/96	22.479	17.711	TOTAL DAS APLICAÇÕES COM INATIVOS (C)	1.902.345	1.775.519	1.775.519
Dedução da Deson. do ICMS na Export. - LC 87/96	(3.372)	(2.656)				
4. FUNDEF	722.024	692.982	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (B/A)	27.09%	25.66%	25.66%
Parcela do Município na Constituição do FUNDEF	210.326	197.607				
Valor Adicional Recebido pelo Município - FUNDEF	501.771	483.668	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (C/A)	36.15%	33.74%	33.74%
Receita Financeira do FUNDEF	9.927	11.707				
TOTAL DAS RECEITAS (A)	5.507.251	5.261.645				

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ mil

APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu, no exercício de 2005, 16,99% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências constitucionais nos termos da Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, que prevê uma despesa mínima de 15% das receitas arrecadadas.

RECEITA			
DISCRIMINAÇÃO	PREVISTA	ARRECADADA	
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.127.125	2.982.634	
IPTU	1.125.670	1.014.973	
ITBI	223.070	213.973	
ISS	1.481.994	1.503.740	
Dívida Ativa de Impostos, Multas, Juros e Corr. Monet.	296.391	249.948	
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	1.949.889	1.830.524	
Cota-Parte do ICMS	1.265.112	1.186.818	
Cota-Parte do IPVA	316.580	279.083	
Cota-Parte do IPI Exportação	16.614	22.178	
Cota-Parte do FPM	97.969	90.675	
Cota-Parte do IRRF	230.831	233.897	
Cota-Parte do ITR	304	162	
Remuneração ICMS na Exportação - LC 87/96	22.479	17.711	
TOTAL DAS RECEITAS (A)	5.077.014	4.813.158	
DESPESA			
DISCRIMINAÇÃO	AUTORIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADADA
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / ATIVOS	705.958	690.948	690.948
OUTRAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO	118.366	109.650	109.650
INVESTIMENTOS NA SMS	20.341	17.241	17.241
TOTAL DAS APLICAÇÕES (B)	844.665	817.839	817.839
PARTICIPAÇÃO SOBRE PREVISÃO (B/A)	16.64%	16.11%	16.11%
PARTICIPAÇÃO SOBRE ARRECAÇÃO		16.99%	16.99%
Em R\$ mil			

Em R\$ mil

DESPESA COM PESSOAL

Um ponto relevante da administração pública municipal refere-se à participação da despesa com pessoal sobre a receita corrente líquida (RCL). Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas de pessoal do Poder Executivo incorridas nos últimos 12 meses não devem ultrapassar 54% da RCL, enquanto as do Poder Legislativo não devem ser superior a 6%.

Conforme demonstrado abaixo, a despesa com pessoal consolidada durante o exercício de 2005 consumiu 52,50% da RCL. Este percentual congrega 49,26% do Poder Executivo e 3,24% do Poder Legislativo. Esses percentuais estão abaixo do limite legal de 60% e até mesmo do limite prudencial de 57%.

CONSOLIDADO (PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADAJAN/2005 A DEZ/2005
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	3.266.093
Pessoal Ativo	2.635.465
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.248.553
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	(617.926)
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	(3.600)
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	(16.121)
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(39.512)
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(558.693)
(-) Convocação Extraordinária (Inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	-
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	110.306
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	334.264
Contribuições Patronais	334.264
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (IV) = (I + II + III)	3.710.662
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	7.067.957
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP sobre a RCL = {(IV / V)*100}	52,50%
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	4.240.774
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 57%	4.028.735

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ Mil

PODER EXECUTIVO

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADAJAN/2005 A DEZ/2005
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	3.036.911
Pessoal Ativo	2.400.610
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.247.869
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	(611.568)
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	(3.600)
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	(16.121)
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(33.154)
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(558.693)
(-) Convocação Extraordinária (Inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	-
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	110.306
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	334.264
Contribuições Patronais	334.264
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (IV) = (I + II + III)	3.481.481
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	7.067.957
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP sobre a RCL = {(IV / V)*100}	49,26%
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	3.816.697
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 57%	3.625.862

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ Mil

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

INTRODUÇÃO

O Município do Rio de Janeiro, de acordo com a sua Lei Orgânica, constitui-se da Administração Direta e Indireta. A Administração Direta compreende os órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo. Fazem parte da Administração Direta no Poder Legislativo a Câmara Municipal, bem como o Tribunal de Contas do Município.

Já no Poder Executivo, a Administração Direta é composta pelas Secretarias Municipais e Especiais, os Fundos Especiais, o Gabinete do Prefeito, a Controladoria Geral e a Procuradoria Geral. A contabilidade de toda a administração direta é regida pela Lei 4.320/64.

As Autarquias, as Fundações, as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista compõem a Administração Indireta Municipal. As Autarquias e as Fundações Públicas seguem as normas da Lei 4.320/64, enquanto que as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista são regidas pela Lei 6.404/76.

A Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro - CGM, cumprindo sua missão institucional de primar pela transparência nas contas públicas, um dos pilares da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), busca com a edição deste relatório oferecer maior visibilidade dos resultados orçamentários e fiscais alcançados pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Assim, os próximos tópicos evidenciam os números obtidos no exercício de 2005 e demonstrados nos Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, em cumprimento aos artigos 54 e 55 da LRF, publicados no Diário Oficial do Município de 27 de março de 2006 e disponibilizados na internet na Home Page da CGM (<http://www.rio.rj.gov.br/cgm>).

Na elaboração da prestação de contas foi efetuada a consolidação dos balanços das entidades cuja contabilidade é regida pela Lei 4.320/64, dando assim origem aos balanços consolidados do Município. Para as empresas públicas e as sociedades de economia mista é utilizado o método da equivalência patrimonial de forma a ajustar os investimentos da administração direta nas entidades regidas pela Lei 6.404/76.

Os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial de 2005, confeccionados de forma reduzida, são apresentadas a seguir, em milhares de reais.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário compara as previsões constantes do Orçamento com a sua Execução. Este balanço é apresentado considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas empenhadas pela Prefeitura, incluindo Administração Direta, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista durante o exercício financeiro de 2005.

RECEITAS	PREVISTAS	ARRECADADAS
RECEITAS CORRENTES	8.734.450	7.649.368
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.068.948	2.939.726
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	588.463	526.019
RECEITA PATRIMONIAL	759.013	517.691
RECEITA INDUSTRIAL	7.520	6.174
RECEITA DE SERVIÇOS	203.276	99.025
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.571.969	2.999.264
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	535.261	561.469
RECEITAS DE CAPITAL	261.578	161.818
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	197.222	75.086
ALIENAÇÃO DE BENS	19.500	19.444
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	44.856	62.617
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	4.671
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0
SOMA	8.996.028	7.811.186
DÉFICIT	205.925	10.549
TOTAL	9.201.953	7.821.735

DESPESAS	AUTORIZADAS CORRIGIDAS	REALIZADAS
DESPESAS CORRENTES	7.609.459	6.922.981
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.560.107	4.328.588
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	479.113	476.705
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.570.239	2.117.688
DESPESAS DE CAPITAL	1.569.307	898.754
INVESTIMENTOS	937.025	557.165
INVERSÕES FINANCEIRAS	366.271	86.942
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	266.011	254.647
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.187	0
SOMA	9.201.953	7.821.735
SUPERAVIT	0	0
TOTAL	9.201.953	7.821.735

Em R\$ Mil

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A execução orçamentária apresentada foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas empenhadas pela Prefeitura, incluindo Administração Direta, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista durante o exercício financeiro de 2005. Com o objetivo de permitir a comparabilidade, evidenciamos também a execução do ano de 2004.

JAN - DEZ 2004				JAN - DEZ 2005		
RECEITAS	PREVISÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	(B/A)	PREVISÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	(B/A)
RECEITAS CORRENTES	9.192.608	7.566.334	82.31%	8.734.450	7.649.368	87.58%
RECEITAS DE CAPITAL	321.926	256.178	79.58%	261.578	161.818	61.86%
SOMA	9.514.534	7.822.512	82.22%	8.996.028	7.811.186	86.83%
Déficit de Previsão	555.790	-	-	205.925	-	-
Déficit de Execução	-	-	-	-	10.549	-
TOTAL	10.070.324	7.822.512	77.68%	9.201.953	7.821.735	85.00%

JAN - DEZ 2004				JAN - DEZ 2005		
DESPESAS	FIXAÇÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	(B/A)	FIXAÇÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	(B/A)
DESPESAS CORRENTES	7.309.217	6.507.273	89.03%	7.609.459	6.922.981	90.98%
DESPESAS DE CAPITAL	2.752.311	986.325	35.84%	1.569.307	898.754	57.27%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.796	-	-	23.187	-	-
SOMA	10.070.324	7.493.598	74.41%	9.201.953	7.821.735	85.00%
Superávit de Execução	-	328.914	-	-	-	-
TOTAL	10.070.324	7.822.512	77.68%	9.201.953	7.821.735	85.00%

Em R\$ mil

A execução orçamentária referente a 2005 evidencia um déficit da execução orçamentária da ordem de R\$ 10.549 mil, enquanto que no mesmo período do exercício anterior foi apurado um superávit da ordem de R\$ 328.914 mil. A Prefeitura apresentou ainda um déficit de previsão no valor de R\$ 205.925 mil. Este valor equivale a 2,29% da previsão inicial.

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Comparando-se as receitas arrecadadas e as despesas realizadas nos exercícios de 2001 a 2005, evidenciamos os resultados apresentados na tabela abaixo.

JANEIRO a DEZEMBRO -2001 a 2005					
Especificações	2001	2002	2003	2004	2005
Receitas Correntes	5.330.425	6.055.601	6.607.331	7.566.334	7.649.368
(-) Despesas Correntes	(4.035.185)	(5.443.226)	(6.027.199)	(6.507.273)	(6.922.981)
Superávit Corrente	1.295.240	612.375	580.132	1.059.061	726.387
(+) Receita de Capital	129.908	280.506	384.586	256.178	161.818
Subtotal	1.425.148	892.881	964.718	1.315.239	888.205
(-) Despesas de Capital	(454.475)	(971.825)	(1.198.831)	(986.325)	(898.754)
Resultado Orçamentário	970.672	(78.944)	(234.113)	328.914	(10.549)

Em R\$ mil

BALANÇO FINANCEIRO

O exame da tabela abaixo evidencia que em 2005 houve queda no resultado orçamentário, passando de um superávit de cerca de R\$ 329 milhões em 2004 para um déficit de cerca R\$ 11 milhões em 2005. Porém, este resultado superou, em valores nominais, os atingidos em 2002 e 2003, que foram respectivamente de R\$ 79 milhões e 234 milhões deficitários.

BALANÇO FINANCEIRO

As disponibilidades dos exercícios de 2004 e 2005 sofreram movimentações de acordo com o balanço financeiro resumido demonstrado na tabela abaixo.

BALANÇO FINANCEIRO RESUMIDO – 2004 E 2005

Especificação	2004	2005
Disponível em 01/01	2.228.743	2.383.020
(+) Ingressos Orçamentários	7.822.512	7.811.185
(-) Desembolsos Orçamentários	(7.060.358)	(6.980.492)
(-) Despesa Realizada	(7.493.598)	(7.821.735)
(+) Inscrição de Restos a Pagar	433.240	841.243
(+/-) Movimentação Extra-Orçamentária Líquida	(607.877)	(365.740)
(-) Pagamento de RP Exercícios Anteriores	(586.384)	(423.040)
(+/-) Outras Movimentações Extra-Orçamentárias	(21.493)	57.300
(=) Disponível em 31/12	2.383.020	2.693.696

Em R\$ Mil

A quadro acima mostra que o fluxo financeiro resultante da execução orçamentária foi positivo de R\$ 830.693 mil (R\$ 7.811.185 mil – R\$ 6.980.492 mil), tendo em vista que, da execução orçamentária da despesa, R\$ 841.243 mil não foram pagos no exercício de 2005, conseqüentemente, foram inscritos em Restos a Pagar do exercício de 2005, sendo R\$ 615.722 mil em Restos a Pagar Processados – RPP e R\$ 225.521 em Restos a Pagar Não Processados – RPN.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial Consolidado da Prefeitura em 31/12/2005 apresentou a estática demonstrada pelo quadro a seguir.

Cabe esclarecer que para o Balanço Patrimonial Consolidado da Prefeitura foi adotado o modelo sugerido pela Secretaria do Tesouro Nacional. Neste aspecto, é importante frisar que as empresas públicas e sociedades de economia mista municipais levantam suas demonstrações contábeis segundo os preceitos da Lei nº 6.404/76, enquanto a administração direta, fundações e autarquias à Lei nº 4.320/64.

BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO - 2005

ATIVO			PASSIVO		
Financeiro		3.097.353	Financeiro		841.190
Disponível	2.693.696		Depósitos	115.664	
Créditos em Circulação	403.657		Obrigações em Circulação	725.526	
Não Financeiro		15.622.468	Não Financeiro		7.912.616
Realizável a Curto Prazo	143.045		Obrigações em Circulação	322.001	
Valores Pendentes a Curto Prazo	908		Valores Pendentes a Curto Prazo	-	
Realizável a Longo Prazo	13.928.644		Exigível a Longo Prazo	7.583.917	
Dívida Ativa	13.334.480		Resultado de Exercícios Futuros	6.698	
Demais Receitas de Longo Prazo	594.164				
Permanente	1.549.871				
ATIVO REAL		18.719.821	PASSIVO REAL		8.753.806
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.966.015
TOTAL		18.719.821	TOTAL		18.719.821

Em R\$ Mil

Assim, globalmente considerada toda a administração direta e indireta da Prefeitura apresentou em dezembro de 2005 superávit financeiro da ordem de R\$ 2.256.163 mil.

A dívida ativa tem papel fundamental no balanço patrimonial da Prefeitura, haja vista que corresponde a R\$ 13.334.480 mil, ou seja, 71,23% do Ativo Real e supera o Passivo Real em 51,81%.

A maior parte das obrigações do Município é constituída de exigíveis a longo prazo, que montam R\$ 7.583.917 mil e representam 86,64% do Passivo Real e 40,51% do Ativo Real. O exigível a longo prazo é formado por operações de crédito internas (R\$ 6.100.993 mil), operações de crédito externas (R\$ 752.122 mil) e outras obrigações (R\$ 730.802 mil).

DISPONIBILIDADES

COMPOSIÇÃO DA SUFICIÊNCIA DE CAIXA DA PREFEITURA

Em 31/12/2005, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possuía disponibilidades financeiras no montante de R\$ 2.693.696 mil, conforme o Balanço Financeiro. Entretanto, se considerarmos o grupo de “Outras Disponibilidades Financeiras”, o valor das disponibilidades passa a ser de R\$ 2.704.576 mil, sobre as quais pesava o Passivo Financeiro da ordem de R\$ 1.098.831 mil, revelando uma suficiência de caixa da ordem de R\$ 1.605.745 mil.

A tabela abaixo mostra a composição tanto das disponibilidades quanto das obrigações financeiras ao final de dezembro de 2005.

COMPOSIÇÃO DA SUFICIÊNCIA DE CAIXA DA PREFEITURA – DEZEMBRO DE 2005

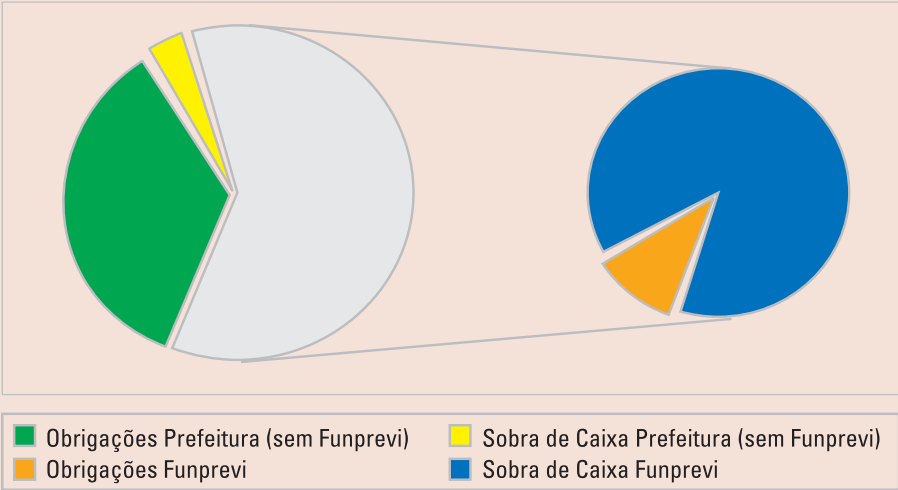
Ativo Disponível	Prefeitura	Funprevi	Sem Funprevi	Obrigações Financeiras	Prefeitura	Funprevi	Sem Funprevi
Caixa	131	-	131	Depósitos	145.464	20.403	125.061
Banco C/ Movimento	66.099	13	66.086	Restos a Pagar Processados	613.287	146.476	466.811
Banco C/ Vinculada	7.901	-	7.901	Restos a Pagar Não Processados	214.147	-	214.147
Aplicações Financeiras	2.619.566	1.728.977	890.589	Outras Obrigações Financeiras	125.933	14	125.919
Outras Disponibilidades Financ.	10.879	-	10.879				
Soma	2.704.576	1.728.990	975.586	Soma	1.098.831	166.893	931.938
				Suficiência de Caixa	1.605.745	1.562.097	43.648
TOTAL	2.704.576	1.728.990	975.586	TOTAL	2.704.576	1.728.990	975.586

Em R\$ Mil

Observação: Nesta tabela levou-se em consideração, no saldo de caixa, o grupo “Outras Disponibilidades Financeiras”.

Nota-se que o Funprevi é responsável por 63,93% das disponibilidades da prefeitura e por 97,28% da suficiência de caixa, conforme representado pelo gráfico abaixo.

COMPROMETIMENTO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA – DEZEMBRO 2005





É importante destacar que parcela das despesas com proventos de inativos é paga diretamente com fonte de recursos do Tesouro Municipal.

Comparando o valor da sobra de caixa de toda Prefeitura em dezembro de 2005 com a apresentada em dezembro de 2004, nota-se uma elevação da ordem de R\$ 154.882 mil. Entretanto, se não considerarmos os valores referentes ao regime previdenciário, ou seja, Prefeitura sem Funprevi, houve uma redução da suficiência de caixa da ordem de R\$ 366.122 mil, haja vista que em dezembro de 2004 o saldo não comprometido, exceto regime previdenciário, era de R\$ 409.770 mil, e caiu para R\$ 43.648 mil em dezembro de 2005, em face do volume de pagamentos ser maior do que o fluxo de recursos.

METAS FISCAIS

Esta seção tem como objetivo revelar o desempenho do Município do Rio de Janeiro no exercício de 2005 em relação às metas fiscais determinadas pela Lei Complementar nº 101/2000 e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 3.819/2004). Para dar sentido e finalidade à transparência como princípio da responsabilidade fiscal, a Controladoria Geral do Município apresenta a seguir o desempenho no exercício de 2005 comparando com o desempenho de 2004.

A Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2005 apresenta crescimento de 4,35% em valores nominais, índice inferior ao IPCA-E do período, como pode ser observado no quadro e no gráfico a seguir.

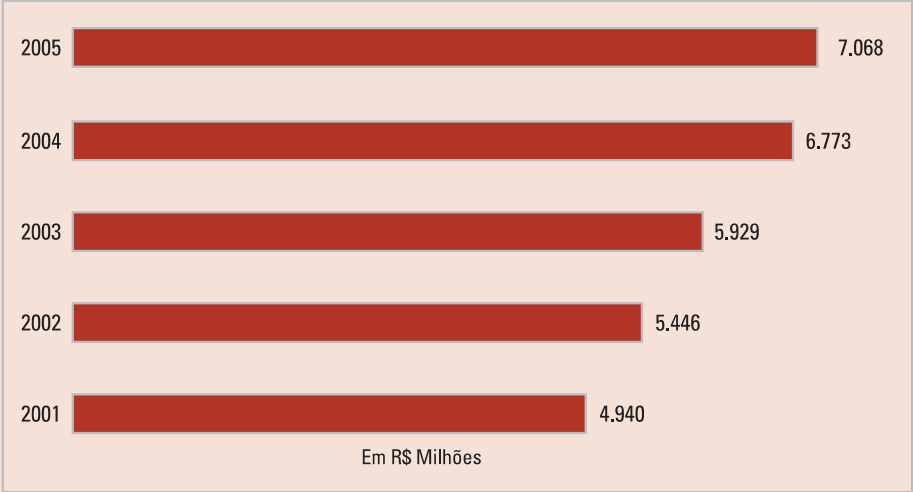
DEMONSTRATIVO RESUMIDO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2004 E 2005

Especificação	2004	2005
Receita Tributária	2.641.689	2.939.726
Receita de Contribuições	492.201	523.723
Receita Patrimonial	511.561	517.691
Receita de Serviços	140.003	99.025
Transferências Correntes	3.134.245	2.999.264
Outras Receitas Correntes	646.635	569.939
(-) Gestão Plena	(296.781)	(55.392)
(-) Compensação entre Regimes Previdenciários	(4.213)	(2.296)
(-) Contribuição Previdenciária	(492.201)	(523.723)
Receita Corrente Líquida	6.773.139	7.067.957

Em R\$ Mil

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2001 A 2005



O resultado primário, que corresponde à diferença entre as receitas e despesas não financeiras, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no exercício de 2005 alcançou patamar superavitário de R\$ 190.453 mil, inferior ao superávit de R\$ 308.068 mil alcançado em 2004, mas superior ao valor estipulado no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que era de R\$ 80.427 mil deficitário.

O quadro abaixo demonstra a comparação do resultado primário nos exercícios de 2004 e 2005, mediante a comparação das receitas fiscais líquidas, que correspondem à arrecadação do período deduzida dos rendimentos de aplicações financeiras e receitas de juros de empréstimos concedidos, no caso das receitas correntes, e deduzidas, ainda, de receitas de operações de crédito, amortizações de empréstimos e de alienação de ativos, no caso das receitas de capital. Já as despesas fiscais líquidas equivalem ao total de despesas orçamentárias liquidadas, deduzidas despesas com juros e encargos da dívida (despesas correntes), concessão de empréstimos e amortização da dívida fundada (despesas de capital).

DEMONSTRATIVO RESUMIDO DO RESULTADO PRIMÁRIO – 2004 E 2005

Especificação	2004	2005
Receitas Fiscais Correntes	7.101.203	7.194.170
Receitas Fiscais de Capital	7.708	4.672
Receitas Fiscais Líquidas	7.108.911	7.198.842
Despesas Fiscais Correntes	6.074.199	6.446.275
Despesas Fiscais de Capital	726.644	562.114
Despesas Fiscais Líquidas	6.800.843	7.008.389
Resultado Primário	308.068	190.453

Em R\$ Mil

RESULTADO PRIMÁRIO

Em valores nominais, o resultado primário alcançado em 2005 foi R\$ 117.615 mil inferior ao encontrado no exercício de 2004.

Já o resultado nominal, que equivale à variação da dívida pública líquida, foi deficitário de R\$ 855.441 mil em 2005, enquanto que a meta fixada para o resultado nominal do exercício de 2005 pelo anexo de metas fiscais da LDO foi de R\$ 300.367 mil positivos, conforme demonstrativo abaixo.

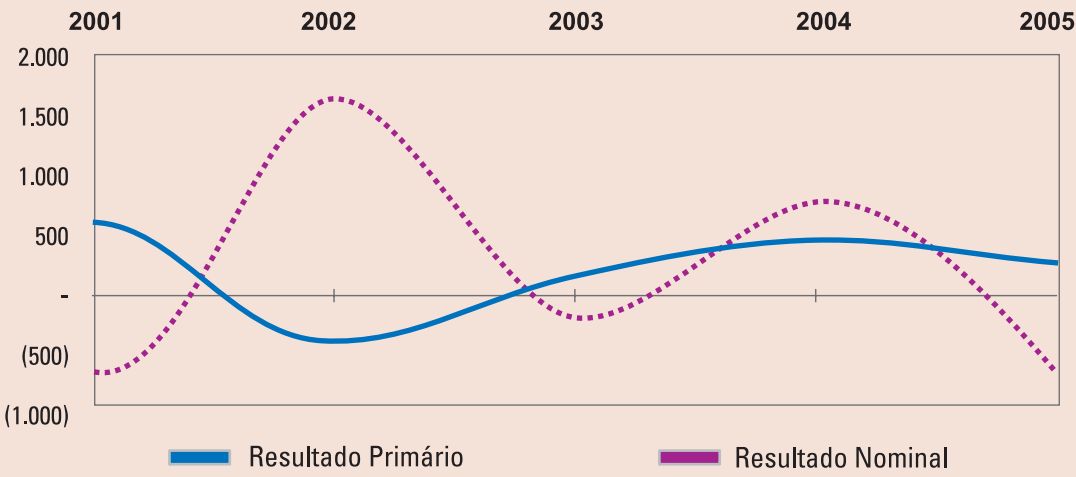
COMPARATIVO: META FIXADA X RESULTADO REALIZADO - 2005

Resultados	LDO	Realizado	Variação
Resultado Primário	(80.427)	190.453	270.880
Resultado Nominal	300.367	(855.441)	(1.155.808)

Em R\$ Mil

O gráfico abaixo demonstra a evolução dos resultados primário e nominal desde 2001.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL – 2001 A 2005



O resultado nominal apresentou redução em relação ao exercício imediatamente anterior, passando de R\$ 800.706 mil positivos para R\$ 855.441 mil negativos.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Já a dívida consolidada líquida montou R\$ 4.486.564 mil em 31/12/2005, equivalente a 63,48% da receita corrente líquida, conforme demonstrativo abaixo, estando, portanto, dentro do limite do artigo 3º, inciso II da Resolução nº 40 do Senado Federal, que estabelece que o montante da dívida consolidada líquida dos municípios não poderá exceder 120% da receita corrente líquida.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – 2004 E 2005

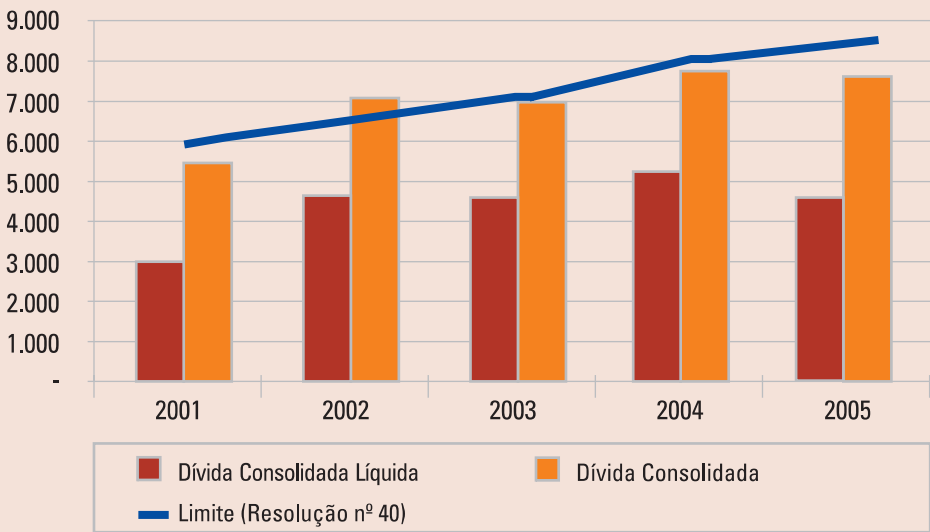
Especificação	2004	2005
Dívida Consolidada	7.761.500	7.583.917
Ativo Financeiro e Haveres Financeiros	(2.406.118)	(3.097.353)
Dívida Consolidada Líquida	5.355.382	4.486.564
Receita Corrente Líquida	6.773.139	7.067.957
Limite definido pela Resolução nº 40 do Senado Federal (1,2 x RCL)	8.127.767	8.481.548
Índice	79.07%	63.48%
Margem Livre	2.772.385	3.994.984

Em R\$ Mil

A dívida consolidada líquida apresentou redução em valores nominais de aproximadamente 16,22% em relação a 2004, embora o montante da dívida consolidada bruta tenha reduzido apenas 2,29%.

O gráfico abaixo demonstra a evolução da dívida consolidada bruta, dívida consolidada líquida e do limite para o montante da dívida previsto na Resolução nº 40 do Senado Federal entre os exercícios de 2001 a 2005.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA – 2001 A 2005



GASTOS COM AMORTIZAÇÃO, JUROS e ENCARGOS DA DÍVIDA

As operações de crédito realizadas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no exercício de 2005 montaram R\$ 75.086 mil, sendo R\$ 5.515 mil oriundos de captações internas e R\$ 69.571 mil de captações externas. O total de liberações de recursos de operações de crédito no exercício de 2005 equivaleu a 1,06% da receita corrente líquida, enquanto a Resolução nº 43 do Senado Federal estabelece como limite 16% da receita corrente líquida. Cabe destacar ainda que não houve liberações derivadas de refinanciamento nem operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

Ao ser analisada a despesa realizada com juros, encargos e amortização da dívida, verifica-se que houve um crescimento deste tipo de despesa, tanto em valores nominais quanto na sua participação sobre a receita corrente líquida, conforme demonstrado pela tabela abaixo. Ainda assim, o índice de comprometimento alcançado (10,35%) é inferior ao teto estabelecido pela Resolução nº43 do Senado Federal, que limita em 11,5% da receita corrente líquida o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.

GASTOS COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E
ENCARGOS DA DÍVIDA – 2004 E 2005

Especificação	2004	2005
Juros e Encargos da Dívida	433.073	476.705
Amortização da Dívida	226.645	254.647
Total	659.718	731.352
Receita Corrente líquida	6.773.139	7.067.957
% Despesas com Serviços da Dívida / RCL	9.74%	10.35%

Em R\$ Mil

Com a apresentação deste relatório e das anexas demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, bem como da demonstração das Variações Patrimoniais, a Controladoria Geral do Município cumpre uma das suas tarefas qual seja, a apresentação pública das contas municipais que, sendo final de exercício, será anexo à prestação de contas de responsabilidade do Poder Executivo da Cidade do Rio de Janeiro.

É fundamental esclarecer que tal apresentação refere-se às posições do patrimônio da entidade pública – Município do Rio de Janeiro – bem como da execução orçamentária da receita e despesa pelas quais são responsáveis cada um dos ordenadores primários e secundários definidos nos precisos termos do Código de Administração Financeira do Município (Lei nº 207/80).

Assim, como consequência desta apresentação, teremos as prestações de contas individuais de cada um desses ordenadores que serão, no devido prazo, examinadas pela Auditoria Geral do Município.

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

EQUIPE DA COORDENADORIA GERAL DE NORMAS E INFORMAÇÕES GERENCIAIS

COORDENADORIA DE ESTUDOS E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Coordenador: Marcos Mizurine

Israel Pinto Borges

Jacqueline Ferreira Dutra

José Luiz Ribeiro de Brito

Marcelo Cardoso Paes de Loureiro

Raquel de Souza

Rodrigo Drummond de Paiva

COORDENADORIA DE NORMATIZAÇÃO, ORIENTAÇÃO E INTEGRAÇÃO ORGANIZACIONAL

Coordenador: Mônica Nascimento Magalhães

Adriana de Oliveira Silva

Amanda Sheila Ferreira Fontoura

Ana Amélia de Almeida Magalhães

Ana Cláudia Farias Rodrigues

Carlos Eduardo Galvão Bandeira

Enes Fernandes Tunala

Etelvina Maria Cortes Medeiros

Gilmar Cordeiro da Costa

Gustavo de Moraes Azeredo

Iara de Azeredo Campos

Jorge dos Santos

Luís Antonio de Loyola Reis

Luiz Francisco Barata Meireles

Marcelo Costa Coqueijo

Mário Renno da Silva

Michel Benjamin Lutfi Filho

Miguel Ângelo Campos Teixeira

Paula Tavares Alves

Rita Gonçalves Alonso

Roberta Backer Gomes de Miranda

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

COORDENADORIA DE ESTUDOS E ANÁLISE DE CUSTOS

Coordenador: Geraldo de Abreu Júnior

- Adilson de Souza Soares
- Adriano Guedes de Souza
- Gustavo Fontoura Cretton
- Haroldo Figueiredo
- Isabela Rebouças Chaves
- Jeane de Souza Coutinho
- Luciana Trindade Ferreira Pinto
- Marcelo de Souza Castilho
- Marco Antônio de Almeida Peba
- Maurício Cabreira Esquerdo
- Raimundo dos Santos Contreiras Júnior
- Sílvia Teixeira Tavares

EQUIPE DO GABINETE DO CONTROLADOR GERAL

- Antonio César Lins Cavalcanti
- Marcia Cristina de Lima Aldy

EQUIPE IPLANRIO DO SISTEMA FINCON

- Albina Poyares de Mello
- José Roberto de Souza Almeida
- Letícia Motta de Vasconcellos
- Lilian Guimarães
- Luiz Carlos Miranda Martins
- Paulo Roberto M. Chaves

EQUIPE DA CONTADORIA GERAL

- | | |
|-----------------------------------|--------------------------------------|
| Adriana Cristina Camões Brandão | Claúdia Regina Faig Torres Moura |
| Adriana Soares Ferreira | Cláudio Dias |
| Alessandro Teodoro de Souza | Clivaldo Guimarães Paes |
| Alexandre Henrique Silva de Souza | Elizabeth Coo Moledo |
| Alexandre Torres da Cunha | Elsa Moreira da Silva |
| Aline Ferreira da Silva Teixeira | Flavio Vital de Oliveira Vasco |
| Almir Pinto de Souza | Gabriela Mendonça de Oliveira |
| André Luiz Fernandes Fraga | Gessy Augusto do Nascimento |
| Andréa da Rosa Boscarino | Inácio Pimentel de Nazareth |
| Angela de Arezzo Meireles | Ivanilde dos Santos |
| Carlos Alberto Baptista | Ivanisia Toscano de Medeiros Barreto |
| Carlos Correa Costa | Ivo Sousa de Farias |
| Carlos Maurício Borup de Bakker | Ivone Teixeira Vasques |
| Cesar Maurício Gomes Soares | Janete Prudente Gomide |

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

EQUIPE DA CONTADORIA GERAL (CONTINUAÇÃO)

José Augusto Vieira Campos
José Paulo de Menezes Junior
Luiz Carlos Santos
Luiz Eduardo Alcantara de Almeida
Marcelo Volker Garcia
Márcia Francisconi dos Santos
Marcia Maria Alves Pinheiro
Marcio Martins Loureiro
Maria das Graças Maia Cordeiro
Maria de Fátima Gouveia
Marisa Nogueira Campos
Nádia Assunção Fernandes Neves
Nelma Godinho Costa Lima
Nilcéa Regina Leal
Nilton Rafael Ferreira do Nascimento
Nixon da Silva
Noemia de Oliveira Sousa
Paulo da Silva Andrade

Paulo Roberto dos Santos
Regina da Cruz Ribeiro
Regina Monteiro do Nascimento
Ricardo Araújo da Cunha
Rita de Cássia Pinheiro de Santilhana
Roberto Miguel Pereira
Romildo Teixeira Lacerda
Rosângela Pereira Ramos
Sandra Gomes Januário
Sebastião Machado de Carvalho
Sergio Murta Ribeiro
Silvana Maria Nava Gomes
Vânia Ribeiro Pellizzaro
Vera Lúcia de Vasconcellos Costa
Mattos
Walter José Ferreira
Walter Luís Dias Leal
Wellington de Oliveira Frota